

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE
PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
HUMANIDADES

RONALDO MONTEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: NARRATIVAS, DOS/AS PROFESSORES/AS
DE CIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FONTE BOA-AM**

HUMAITÁ, AM
2024

RONALDO MONTEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: NARRATIVAS, DOS/AS PROFESSORES/AS
DE CIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FONTE BOA-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - PPGECH/UFAM como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades.

Orientadora: Prof.^a: Euricléia Gomes Coelho

Linha de Pesquisa 2 - Fundamentos e Metodologias para o Ensino de Ciências Naturais e Matemática.

HUMAITÁ, AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

O48e Oliveira, Ronaldo Monteiro de
Educação sexual e sexualidade: narrativas, dos/as professores/as
de ciências de uma escola pública em Fonte Boa-Am / Ronaldo
Monteiro de Oliveira . 2024
103 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Euricléia Gomes Coelho
Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação sexual. 2. Aspectos legais. 3. Práticas Pedagógicas.
4. Ensino de Ciências. I. Coelho, Euricléia Gomes. II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

**EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: NARRATIVAS, DOS/AS PROFESSORES/AS
DE CIÊNCIAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FONTE BOA-AM**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Dra. Euricléia Gomes Coelho
(Presidente-PPGECH)

Prof.(a) Dra. Viviane Vidal da Silva
(Membro Externo - PPGCA)

Prof. Dr. Renato Abreu Lima
(Membro Interno - PPGECH/UFAM)

Prof.(a) Dr. Josemar Farias da Silva
(Suplente Interno – PPGECH/UFAM)

Prof.(a) Dra. Rubia Darivanda Costa da Silva (Suplente
Externo – MAPA)

HUMAITÁ, AM

2024

Dedicatória

À meus pais, Dondival Lemos de Oliveira e Maria Graciney Silvanes Monteiro, pelo exemplo, amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Dentre tantos que contribuíram para a elaboração deste trabalho, gostaria de agradecer especialmente:

À Deus, por me proporcionar a oportunidade de viver essa experiência desafiadora e engrandecedora que é a pós-graduação. Saio do mestrado completamente grato e realizado pelas inúmeras lições que pude adquirir nesta trajetória.

Aos meus pais, Dondival Lemos e Maria Graciney Monteiro por todo amor, apoio e incentivo, com toda certeza vocês foram essenciais para que eu pudesse realizar este trabalho.

Aos meus irmãos Denise, Deividy e Daiane por sempre acreditarem em mim e por toda força que me deram ao longo deste processo.

À minha orientadora Dr^a. Euricleia Gomes Coelho pela atenção, acolhimento, dedicação e sugestões realizadas no decorrer da construção deste trabalho.

A Dr^a. Rozane Alonso Alves, pela oportunidade de realizar esta pesquisa através da escolha do meu projeto de mestrado, e por ser também a minha primeira orientadora na realização desta pesquisa, minha profunda gratidão.

À Gestora, Wallen Kelly Lesse Caresto por permitir a realização da pesquisa de campo na Escola Municipal Francisca Creuza Martins de Paula, e também por colaborar com o presente trabalho.

Aos Professores/as do 6º ao 9º anos, pela grande colaboração na produção de dados utilizados nesta dissertação.

A todos os/as Professores/as do Programa de Pós-Graduação, pelos ensinamentos, dedicação e contribuição no decorrer deste trabalho.

Ao estimado amigo Roberto Adonias, pelo acolhimento, carinho e apoio no momento em que estive presente em sua residência em Humaitá, saiba que esse gesto de carinho e acolhimento foi fundamental na continuação e realização desta pesquisa, gratidão.

À minha namorada, Luana Gabriela da Costa Cabral por todo incentivo, paciência, carinho e por sempre estar comigo em todos os momentos desta caminhada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região Sudeste	44
Figura 2: Região Centro-Oeste.....	44
Figura 3: Região Nordeste.....	45
Figura 4: Região Sul	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Análise da Educação Sexual na Constituição Federal de (1988).....	39
Quadro 2. Análise da Educação Sexual no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).....	43
Quadro 3. Análise da Educação Sexual na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996).....	45
Quadro 4. A Estrutura do RCA (Amazonas, 2020), Componente Curricular de Ciências do 8º Ano.....	56

LISTA DE SIGLAS

BNCC	- Base Nacional Comum Curricular
BDTD	- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CF	- Constituição Federal
CONAE	- Conferência Nacional Extraordinária da Educação
CONSED	- Conselho Nacional dos Secretários de Educação
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescentes
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
OMS	- Organização Mundial de Saúde
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	- Plano Nacional de Educação
PROBNCC	- Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
RCA	- Referencial Curricular Amazonense
RCNEI	- Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
UNDIME	- União dos Dirigentes Municipais de Ensino do Amazonas

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar as narrativas de ensino produzidas (ou não) por professores/as de Ciências do Ensino Fundamental II sobre Educação Sexual em uma escola municipal de Fonte Boa – AM. Nesta pesquisa fez-se necessário uma compreensão das políticas educacionais voltadas para a educação sexual no espaço escolar, pois é um tema de grande relevância e que precisa ser discutido em todas as escolas de nosso país. O problema da pesquisa corresponde à questão: Como o tema Educação Sexual vem sendo abordado nos documentos legais ao longo dos anos, e qual a percepção, os desafios e práticas pedagógicas de professores/as de Ciências do Ensino Fundamental II, acerca do tema Educação Sexual? Propomos estabelecer enquanto tipo de pesquisa a abordagem qualitativa descrita por (Minayo, 2012), para obtenção dos resultados será realizada uma análise de documentos e a entrevista narrativa como forma de envolver diferentes dimensões do objeto de pesquisa, e por fim as entrevistas serão analisadas a partir da Análise Temática (Braun e Clarke, 2006). Inicialmente, procedeu-se ao levantamento bibliográfico pelo banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o que conferiu uma visão global das pesquisas desenvolvidas nos últimos 11 (onze) anos, sobre Educação Sexual e Ensino de Ciências o estado do conhecimento, referente aos anos de 2012 a 2023, assim como também, realizou-se uma análise dos documentos legais e políticas educacionais voltado para a temática em questão. A pesquisa empírica será realizada na escola Municipal Francisca Creuza Martins de Paula, na cidade de Fonte Boa-AM. O referencial teórico adotado, tem como aporte as reflexões de Figueiró (2006), Vitiello (1995), Oliveira (2017), Borges (2016), Silva (1995), dentre outros estudiosos e pesquisadores que retratam a educação sexual no Brasil e no mundo. Em relação, aos resultado obtidos através das entrevistas narrativas, podemos observar que as percepções dos/as professores/as de ciências relacionadas a temática de Educação Sexual, estão voltadas as questões de informação e prevenção, a situações indesejadas como: gravidez na adolescência, abuso e violência sexual, e infecções sexualmente transmissíveis-ISTs. Diante disso, as abordagens da temática de Educação Sexual nas aulas de ciências, podemos observar que todos os professores abordam a temática de forma didática, através de: vídeos aulas, apresentação de seminários e material lúdico, mostrando aos educandos seus pontos positivos e negativos. Sobre os recursos e materiais didáticos utilizados pelos professores de ciências, podemos observar que os mesmos utilizam de diversos matérias em suas aulas como: aulas expositivas, uso do livro didático, debates, rodas de conversas, vídeo aulas, seminários, cartazes, folder e quadro branco. Em relação, as abordagens o que se considera mais relevante na hora de abordar as questões de Educação Sexual em sala de aula, foi possível identificar que os professores de ciências se preocupam com as questões sexuais voltadas ao corpo como: gravidez na adolescência, abuso sexual e infecções sexualmente transmissíveis-ISTs. Com relação, a formação continuada dos professores de ciências, podemos observar que a grande maioria dos participantes da pesquisa, participaram somente de palestras e seminários, o que nos mostra a necessidade de formação continuada para os professores/as explanarem os conteúdos em sala de aula sobre Educação Sexual, e deixarem os mesmos seguros nas discussões com os estudantes. Desse modo, os maiores problemas e desafios enfrentado na escola, referente a temática de Educação Sexual, foi possível identificar alguns problemas como: resistência das famílias, preconceito, medo e desconhecimento. Portanto, podemos perceber que mesmo com muitos preconceitos e tabus relacionados à sexualidade, é possível trabalhar a Educação Sexual em sala de aula por meio de

atividades que são viáveis e podem favorecer o ensino da temática como os recursos didáticos, a sensibilização dos alunos e a prática reflexiva.

Palavras-chave: Educação sexual; Aspectos legais; Práticas Pedagógicas; Ensino de Ciências.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the teaching narratives produced (or not) by Elementary School Science teachers on Sexual Education in a municipal school in Fonte Boa - AM. This research required an understanding of the educational policies aimed at sexual education in the school environment, as it is a highly relevant topic that needs to be discussed in all schools in our country. The research problem corresponds to the question: How has the topic of Sexual Education been addressed in legal documents over the years, and what are the perceptions, challenges and pedagogical practices of Elementary School Science teachers regarding the topic of Sexual Education? We propose to establish the qualitative approach described by (Minayo, 2012) as the type of research. To obtain the results, a document analysis and narrative interviews will be carried out as a way of involving different dimensions of the research object, and finally the interviews will be analyzed based on Thematic Analysis (Braun and Clarke, 2006). Initially, a bibliographic survey was carried out using the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), which provided a global view of the research developed in the last 11 (eleven) years, on Sexual Education and Science Teaching and the state of knowledge, referring to the years 2012 to 2023, as well as an analysis of legal documents and educational policies focused on the theme in question. The empirical research will be carried out at the Francisca Creuza Martins de Paula Municipal School, in the city of Fonte Boa-AM. The theoretical framework adopted is supported by the reflections of Figueiró (2006), Vitiello (1995), Oliveira (2017), Borges (2016), Silva (1995), among other scholars and researchers who portray sexual education in Brazil and in the world. Regarding the results obtained through the narrative interviews, we can observe that the perceptions of science teachers related to the topic of Sexual Education are focused on issues of information and prevention, and unwanted situations such as: teenage pregnancy, sexual abuse and violence, and sexually transmitted infections (STIs). In view of this, in the approaches to the topic of Sexual Education in science classes, we can observe that all teachers approach the topic in a didactic way, through: video classes, presentation of seminars and playful material, showing students its positive and negative points. Regarding the teaching resources and materials used by science teachers, we can observe that they use various materials in their classes such as: expository classes, use of textbooks, debates, conversation circles, video classes, seminars, posters, folders and whiteboards. Regarding the approaches considered most relevant when addressing issues of Sex Education in the classroom, it was possible to identify that science teachers are concerned with sexual issues related to the body, such as: teenage pregnancy, sexual abuse and sexually transmitted infections (STIs). Regarding the continuing education of science teachers, we can observe that the vast majority of the participants in the research only attended lectures and seminars, which shows us the need for continuing education for teachers to explain the content in the classroom about Sex Education, and to make them confident in discussions with students. Thus, it was possible to identify some of the biggest problems and challenges faced in schools, regarding the topic of Sex Education, such as: resistance from families, prejudice, fear and lack of knowledge. Therefore, we can see that even with many prejudices and taboos related to sexuality, it is possible to work on Sexual Education in the classroom through activities that are viable and can favor the teaching of the subject, such as didactic resources, student awareness and reflective practice.

Keywords: Sexual Education; Legal Aspects; Pedagogical Practices; Science Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO I - TRAJETÓRIAS E QUESTÕES: REFLEXÕES SOBRE AS MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	16
Do fazer/tornar-se pesquisador	16
1.2. Das vontades da pesquisa – Caminhos metodológicos.....	22
1.2.1 A abordagem e o tipo da pesquisa	22
1.2.2 Do instrumento da pesquisa	23
1.2.3 Da interpretação das entrevistas narrativas	24
1.2.4 Descrição da escola campo empírico.....	26
SEÇÃO II – EDUCAÇÃO SEXUAL – CONTEXTOS E DEFINIÇÕES.....	27
2.1 As relações entre Educação Sexual e Ensino de Ciências	27
2.2 De que Educação Sexual estamos falando?	30
2.3 Pesquisas em Educação Sexual e Ensino de Ciências: O Estado Do Conhecimento	35
2.3.1 Uma breve análise dos caminhos já percorridos	43
SEÇÃO III – A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTAIS LEGAIS	47
3.1 O contexto da Educação Sexual na Constituição Federal.....	47
3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente-Lei 8.069/1990	50
3.3 A Educação Sexual na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996	52
3.4 A Educação Sexual na concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais.....	55
3.5 Educação Sexual nas perspectivas do Plano Nacional de Educação e Base Nacional Comum Curricular	58
3.6 A Educação Sexual a partir do Referencial Curricular Amazonense (RCA).....	61
SEÇÃO IV – DAS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR	68
4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa: Professores de Ciências	68
4.2 Análise das entrevistas	69
4.2.1 As percepções dos professores/as de Ciências sobre a Educação Sexual	70
4.2.2 Educação Sexual no Ambiente Educacional e nas aulas de Ciências	71
4.2.3 Educação Sexual como prática pedagógica dos professores/as de Ciências	74
4.2.4 Educação Sexual nas aulas de Ciências	77
4.2.5 Educação Sexual e Formação de Professores/as	79

4.2.6 Educação Sexual e seus desafios no contexto escolar	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE	103

INTRODUÇÃO

Os documentos referenciais curriculares, Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2018), propõe que a inserção do tema sexualidade na matriz curricular de instituições de ensino básico, tem se intensificado nos últimos anos, mesmo que de forma sucinta, em função das questões de gênero e sexualidade por parte dos discentes. No entanto, apesar da sua necessidade, questões relacionadas à discussão da Educação Sexual na escola, ainda têm enfrentado desafios pelos/as docentes. Tais desafios residem no fato de que a temática ainda é tratada como tabu, bem como existe resistência das famílias motivadas principalmente por questões culturais e religiosas.

As políticas educacionais e seus documentos referenciais curriculares como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (Brasil, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (Brasil, 1997), e Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2017), discutem as questões da Educação sexual nos currículo de forma concisa, acarretando uma carência a essa temática nos espaços escolares, assim como, suas atribuições enquanto terreno de produção, de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.

A ausência das questões sobre Educação Sexual nos espaços escolares deve-se em grande parte aos documentos referenciais curriculares das políticas educacionais ao currículo que está posto, onde restritivamente corrobora com a construção de estereótipos, legitimando uma hegemonia cultural.

Moreira e Silva (1995, p. 7-8), relatam que:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo não é um elemento transcendente e atemporal- ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes da organização da sociedade e da educação.

Lopes (2006), Silva (2005) e Sacristán (2000) afirmam que o Currículo não é uma listagem de conteúdo. O currículo é processo constituído por um encontro cultural, saberes, conhecimentos escolares na prática da sala de aula, locais de interação entre professore/as alunos/as.

Sendo assim, é possível perceber a importância das questões sobre Educação Sexual nos espaços escolares, pois é fundamental que os diversos atores envolvidos/as nas diferentes fases e modalidades do sistema educacional possam

acessar, questionar e refletir sobre tais questões, visto que, elas implicam na organização social e individual das subjetividades, relações e atitudes. Louro (1997, p. 89) afirma que “a escola é atravessada pelos gêneros; é impossível pensar sobre a instituição sem que se lance mão de reflexões sobre as construções sociais e culturais de masculino e feminino”.

Nesse sentido, as questões sobre Educação Sexual precisam ser debatidas na escola, necessariamente desde os primeiros anos, iniciando ainda na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, momento em que as relações sociais entre pares se intensificam, pois criança estabelece interações com as identidades e diferenças.

De acordo com os estudos de Lopes (2006, p. 30),

[...] O currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também sabemos todos, nos enreda com os outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola [...].

Desse modo, a cultura molda e fabrica as identidades de comportamentos desejáveis e indesejáveis, de modo que tal classificação contribui no processo de construção do eu, do outro e dos outros sujeitos. Para Hall (2003, p. 25), “a cultura passa a ser um campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas”.

Logo, entendemos que é preciso pensar e discutir como as identidades foram produzidas ao longo da história no processo de (re)significação das práticas de ensino, aplicadas no contexto escolar. Assim, a articulação pode proporcionar a reprodução das diferenças, reconhecer que é preciso pensar sem querer anular as diferenças estabelecidas, pensar que nem sempre os processos históricos surgem no mesmo lugar e nem causam os mesmos efeitos. Para Zubaran e Wortmann (2016, p. 66), a articulação “nos autoriza, por exemplo, a transitar em diferentes campos do saber, bem como a colocar em jogo elementos anteriormente desvinculados, que passamos a posicionar em uma nova formação, nos traz um instigante quadro de promessas”.

A perspectiva dos estudos sobre a sexualidade tem avançado nas discussões e problematizações, o que leva a produção de novas discussões sobre a temática,

pois, cabe ao educador estar atento a essas mudanças para que este possa colocá-las em questão quando necessário, e também saber compreender a opinião dos educandos quanto suas escolhas e afinidades. “Dito de outro modo, a sexualidade não é um conceito estático e imutável” (Aquino e Martelli, 2012, p. 06).

A Educação Sexual caracteriza-se por um processo educativo de questões corporais, como também prevenção de possíveis abusos sexuais, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e também conscientização de atos discriminatórios e preconceituosos. Diante disso, é importante discutir a orientação sexual em sala de aula, para que os educandos/as conheçam seus significados, segundo Araújo (2014, p. 4), essa orientação se refere “à atração sexual que se sente diante de outros sexos, seja pelo mesmo que o seu ou não”. Trata-se de um fator biológico.

Balbino (2015, p. 6), relata que, “a orientação sexual no âmbito das ciências sociais, refere-se ao desejo e interesse sexual, afetivo e emocional, que uma pessoa pode ter em relação à outra, seja do sexo oposto ao seu (heterossexual), do mesmo sexo (homossexual) ou por ambos (bissexual)”.

De acordo com Vitiello (1995, p.15-16) a educação sexual é “a parte do processo educativo especificamente voltado para a formação de atividades referentes à maneira de viver a sexualidade”.

Sobre esse aspecto Silva (1999, p. 139) afirma que tanto a educação e a cultura estão diretamente ligadas aos processos de transformação da identidade e da subjetividade, de modo que ao mesmo tempo que a cultura é vista como uma pedagogia, a pedagogia é vista como uma forma cultural – “o cultural torna-se pedagógico e a pedagogia torna-se cultural”.

Portanto, é de suma importância que os/as professores/as problematizem as questões sobre Educação Sexual na sala de aula, para obter-se principalmente um aprendizado significativo em relação à mesma, e principalmente que os educandos/as compreendam a sua importância para respeitar a diversidade. O ato de dialogar e compreender fatores relacionados à educação sexual faz da mesma, um aspecto do desenvolvimento humano, que deve ser enfatizado com clareza de objetivos e com cautela.

Para tanto, tenho problematizado por meio das inquietações produzidas nos contextos de sala de aula: a) Como o tema educação sexual vem sendo abordado nos documentos legais ao longo dos anos? b) Qual a percepção, os desafios e práticas

pedagógicas de professores/as de Ciências do Ensino Fundamental II, acerca do tema Educação sexual?

Logo, este trabalho tem como objetivo geral analisar as narrativas de ensino produzidas (ou não) por professores/as de Ciências do Ensino Fundamental II sobre Educação Sexual em uma escola municipal de Fonte Boa – AM. Para dar conta desta propositura, estabelecemos como objetivos específicos: a) Descrever os aspectos histórico sobre a Educação Sexual presente nos documentos legais; b) Investigar a percepção de professores/as de Ciências do ensino fundamental II, acerca do tema Educação sexual; c) Verificar as metodologias e recursos didáticos utilizadas pelos professores para trabalhar a Educação Sexual na sala de aula.

Este trabalho está dividido em quatro seções: a primeira seção é um breve relato do eu, dos caminhos percorridos até aqui, e das experiências profissionais adquiridas para se tornar pesquisador das questões que envolvem a educação sexual, e as metodologias que serão utilizadas no decorrer desse estudo

A segunda seção está descrita o embasamento conceitual da educação sexual e ao ensino de Ciências a partir de uma percepção de o levantamento bibliográfico, por meio do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que permitiu uma visão global das pesquisas relacionadas à educação sexual nos últimos onze anos, com recorte temporal aos anos de 2012 a 2023.

A terceira seção procuro fazer uma discussão das políticas educacionais do século XXI, voltada a temática de Educação Sexual, fazendo uma análise nos documentos oficiais da Constituição de (1998), o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990), os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1997) a Lei de Diretrizes e Bases-LDB (1996) o Plano Nacional de Educação-PNE (2001-2010) e (2014-2024) a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2017) e o Referencial Curricular Amazonense-RCA (2020).

Na quarta seção será descrito os resultados e discussão que emergiram das falas dos professores entrevistados, em relação à sua percepção e prática docente sobre a Educação Sexual.

SEÇÃO I - TRAJETÓRIAS E QUESTÕES: REFLEXÕES SOBRE AS MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Nesta seção busco descrever meu caminho e reflexões sobre a fazer-se e torna-se pesquisador do tema educação sexual. Além disso, descrevo de forma sistematizada o contexto teórico-metodológico que esta pesquisa está sendo delineada. Para tanto, está dividida em dois tópicos e quatro subtópicos, respectivamente, conforme a seguir.

Do fazer/tornar-se pesquisador

A proposta para essa dissertação inicia com a conclusão da graduação em licenciatura em Pedagogia no ano 2017 pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. A monografia de conclusão de curso tinha como título “Gravidez na adolescência e evasão escolar nos municípios de Tefé e Fonte Boa”, sob a orientação da professora Dra. Silvia Regina de Freitas.

Apresento neste estudo como venho compondo minhas trajetórias profissionais a partir da narrativa do eu, um caminho que vem sendo percorrido, atravessado e produzido pela cultura, pelas experiências, pelo desconhecido, pelas identidades e diferenças assumidas por mim a cada novo momento de minha vida.

Essa breve introdução tem como fator principal discorrer e narrar meus movimentos profissionais, vividos em cada momento histórico, da minha caminhada e escolhas, meus enfrentamentos, em busca de um eu em constante processo de mudanças e transformações.

Confesso que chegar até aqui não está sendo nada fácil, principalmente pelo desafios encontrados durante esse trajeto, pois, venho de uma rotina diária de trabalho, com 20 horas semanais de dedicação exclusiva aos alunos e alunas e professores/as das turmas do Ensino Fundamental II, atuando como Pedagogo, deixando minha cidade natal Fonte Boa/Am e chegar até Humaitá/Am em busca de uma qualificação profissional e melhoria salarial, retornar à sala de aula, não mais como professor e Pedagogo e sim como estudante de mestrado após 05 anos de ter feito minha graduação.

Minha carreira profissional se iniciou em 2013, no município de Tefé/Am, foi lá que foi meu ponto de partida, dando início a vida acadêmica, cursando licenciatura em pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Nesse período de formação participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

(PIBID), foi através dessa experiência que fui me identificando com o curso e tendo a certeza que seria isso que eu queria seguir em minha carreira profissional. O curso finalizou em 2017, tendo como conclusão uma apresentação de um trabalho final que tinha como título “Gravidez na Adolescência e Evasão escolar nos municípios de Tefé/Am e Fonte Boa/Am”, essa temática foi um dos pontos de partida para seguir a pesquisa em Gênero e sexualidade na escola.

A minha vida profissional começa em 2019, no município de Tefé/Am, foi lá que dei meus primeiros passos na carreira docente, tendo a oportunidade de trabalhar em uma escola municipal da zona rural ou escola do campo, a escola Raimundo Guerreira e uma escola que fica no lago de Tefé, a 6:00 horas de viagem de Tefé até a comunidade São Raimundo do Sapiá, lá comecei minha carreira ministrando aulas no Ensino Fundamental II, com os componentes curriculares de língua portuguesa, inglês e educação física.

Nesse período aprendi bastante, e valorizei cada vez mais essa profissão, trabalhar na escola do campo não é uma tarefa muito fácil, requer muita dedicação e força de vontade, os desafios são inúmeros até mesmo por que falta estrutura suficiente nas escolas para se fazer um bom trabalho, um dos desafios encontrados era a locomoção para a comunidade, pois, não tínhamos transporte próprio para irmos e isso dificultava muito, tínhamos que ir de passagem com os moradores da comunidade enfrentando chuva e sol e até mesmo arriscando nossas vidas navegando nos rios durante a viagem, trago na memória, que um certo dia viajando para a comunidade fomos surpreendidos com um forte temporal e banzeiros muito forte que chegou a alagar nossa canoa fazendo que perdêssemos toda nossa alimentação.

Outro desafio encontrado era a falta de energia na comunidade, o que dificultava muito o nosso fazer docente, como: A apresentação de trabalhos usando o projetor, e também o uso de outras ferramentas de pesquisa que precisava no local e não tinha, o material didático usado pelos alunos/as era somente o livro didático, seus trabalhos eram apresentados somente através de cartazes.

A estrutura da escola também dificultava um pouco nossa prática na sala de aula, pois, a escola era de madeira composta por quatro salas, sendo que a parede de uma fazia parte de outra sala, e no momento da aula o que um docente falava em sua sala era ouvida em outra, deixando o ambiente meio confuso e constrangedor.

Então era naquela local cheio de desafios que iniciava minha vida profissional, com poucas experiências mas com muitas expectativas de fazer um

bom trabalho e contribuir com o processo ensino e aprendizagem (professor/a e aluno/a) um local que convivi por dois anos, não somente transmitindo conhecimento, mas também aprendendo bastante com aquelas seres humanos daquela comunidade, através dos seus jeitos, costumes, cultura e também com seu modo de ser. A minha passagem por essa comunidade me deixou muitas marcas, marcas essas que são lembradas até hoje, principalmente por aprender com o outro alguns artefatos culturais que era necessário naquele momento como: pescar, caçar e também fazer farinha em nossas horas vagas.

A escola era composta por um quadro de 10 funcionários, 07 eram professores sendo que eu, era o único que não tinha nenhuma experiência profissional, em meio a essas transformações, eu aprendi bastante na prática, dialogando com os/as colegas de profissão, observando e ressignificando as práticas de ensino produzidas no contexto escolar. Ali, era um lugar para minhas inquietações, ouvia os mais experientes, perguntava, tirava dúvidas quanto à construção de planos, como ministrar as aulas, e também como era feito a produção dos diários, sendo algo novo para mim sem nenhuma experiência.

Foi nesse contexto, nessas vivências, que aos poucos fui me tornando professor, sem eu perceber estava ali, alfabetizando meus/minhas alunos/as, acompanhando a evolução gradual na questão da leitura e escrita, sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas por eles/as bem como, seu crescimento como pessoa, um ser humano em pleno desenvolvimento cognitivo e intelectual.

Deixei a comunidade no ano de 2020, trazendo na bagagem muitas lembranças boas de um povo humilde e batalhador com modos e culturas e identidades diferentes, pessoas que vou lembrar pro resto da vida que me ensinaram bastante através de suas realidades e vivências, trazendo comigo muitas aprendizagens adquiridas e muitos desafios superados, fazendo de mim um profissional bem mais preparado para enfrentar os obstáculos da vida profissional.

No ano de 2021, retorno para Fonte Boa/Am minha terra natal, na oportunidade faço o processo seletivo para Pedagogo de uma escola da zona urbana, sendo aprovado e tendo a oportunidade de trabalhar na escola municipal Francisca Creuza Martins de Paula, dando início a um novo ciclo e uma nova fase de experiências e aprendizagem não mais como docente e sim como pedagogo de ensino fundamental II, um recomeço doloroso com muitos desafios e novas descobertas.

Foi nesse convívio e nessas trocas de experiências, que percebi o quanto é importante ser trabalhado as questões de sexualidade na escola, pois durante os períodos de 2021 e 2022, momentos que atuei na função de pedagogo, presenciei alguns fatos marcantes que me fizeram despertar um olhar mais aprofundado para essa temática.

As inquietações sobre a temática surgiram devido presenciar alguns acontecimentos por partes dos/as alunos/as com relação às falas preconceituosas entre meninos e meninas referente as “cores rosas só quem pode usar são meninas e não meninos”, “quem joga futebol só são meninos, e meninas jogarem futebol são machudas”, “quem brinca de boneca são meninas, e meninos brincarem de bonecas são gays”.

Outro fator importante que me fez seguir nesse estudo, através das observações feitas no momento em que atuei na escola, foi pelo fato dos professores/as não discutirem a temática de gênero e sexualidade com tanta frequência, por ser um tema polêmico e os mesmos não terem uma formação inicial e nem continuada, e se sentir inseguro, muita das vezes o tema era discutido de forma superficial. Logo, a formação dos/as professores/as, precisam se dar no sentido de que seja capaz de mostrar as contribuições das teorias de gênero e dos movimentos sociais de gênero, estimulando o senso crítico e desconstruindo os valores discriminatórios e as atitudes preconceituosas.

Segundo Reis e Ribeiro (2002, p. 94-95), relatam que:

Os órgãos governamentais também devem oferecer uma formação continuada de qualidade (cursos de especialização, aperfeiçoamento, capacitação...) e proporcionar melhores condições estruturais de trabalho, e, é claro, valorizar o trabalho do educador. É necessária uma “parceria” entre os órgãos governamentais, a escola, o professor, a família e o aluno. Enfim, não se pode permitir que esse trabalho se concretize no diletantismo ou dependa de “boa vontade” daqueles idealistas que se sentem impelidos a lutar por uma causa nobre.

Diante disso, fiz minha inscrição e submeti meu pré-projeto ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no município de Humaitá-Am. Ingressando no mestrado no segundo semestre de 2022, atuando como Pedagogo do Ensino Fundamental II, no município de Fonte Boa/Am, na Escola Municipal Francisca Creuza Martins de Paula, lócus da minha pesquisa.

Atuando como professor na Educação Básica nos anos de 2019 e 2020, e tendo a oportunidade de atuar como pedagogo em 2021 e 2022, foi possível

conhecer a realidade da prática docente frente às questões de gênero e sexualidade. O interesse em abordar o tema gênero e sexualidade surgiu devido presenciar constantemente a resistência dos professores e professoras no momento das reuniões com relação às discussões de gênero e sexualidade na prática escolar, e a constante padronização e normalização dos papéis sociais apresentados enquanto conteúdos nos currículos escolares, especificamente, no contexto de sala de aula.

Este trabalho é produto de inúmeras inquietações, deslocamentos, problematizações que perpassam meu fazer docente, a realização desta pesquisa se expressa também a partir da necessidade de investigar a dificuldade dos professores e professoras em suas práticas de ensino, que ressaltam a dificuldade em atuar com a temática e não ter conhecimento (pedagógico e acadêmico) suficiente para desenvolver suas práticas de ensino, que efetivamente possa produzir percepções sobre a identidade de gênero e sexualidade em sala de aula, e também com inúmeras situações dos estudantes que não se comportam “seguindo certinho” o sexo com que nasceram.

Segundo as autoras Furlan e Müller (2013), França e Calsa (2010), Paz (2014) e Pavan (2013), relatam em seus estudos ao analisarem professores/as de modo geral sem formação específica sobre o tema mostram que os/as professores/as, por não terem formação inicial e continuada e nenhum respaldo teórico, sentem-se despreparados principalmente frente à resistência da família, ficando limitados aos conteúdos específicos de suas disciplinas, promovendo assim uma educação normalizadora.

Nesse sentido, a temática ainda é trabalhada nas escolas com bastante dificuldades por parte dos professores/as, pois requer uma postura mais avançada em relação às discussões sobre Educação Sexual.

A partir da quinta série do ensino fundamental os questionamentos vão aumentando, exigindo progressivamente a discussão de temas polêmicos, como masturbação, início do relacionamento sexual, homossexualidade, aborto, prostituição, erotismo e pornografia, desempenho sexual, disfunções sexuais, parafilias, gravidez na adolescência, obstáculos na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids, entre outros (Brasil, 1997, p. 315).

As dúvidas dos educandos em relação à sexualidade vêm de maneira informal, principalmente através das mídias como TV, e também de conversas com amigos, com quem compartilham de suas experiências iniciais ou até mesmos das

experiências de terceiros, sendo assim, precisamos que nossos professores e professoras tenham uma preparação em suas formações para trabalhar a temática nas escolas.

Diante disso, ressalta-se a importância de uma preparação na formação dos profissionais da educação, acerca das questões de gênero e sexualidade, Vitiello (1995, p.16), ressalta que, “O caminho real para a Educação Sexual não é levar profissionais de várias áreas as escolas, mas sim preparar professores interessados na tarefa de fazê-la”. Dessa forma, contribuirão para a formação de cidadãos livres de preconceitos e pautados no respeito a si mesmo e ao outro enquanto sujeitos de direitos.

Partindo dessas reflexões iniciais, são apresentadas, de maneira sucinta, as trajetórias que permearam nossa metodologia ao longo da pesquisa. O caminho teórico-metodológico escolhido para nortear nosso trabalho é a partir da interpretação e reflexão crítica sobre as problemáticas que interferem para uma Educação sexual efetiva e significativa para os estudantes, com característica transformadora.

Propomos estabelecer enquanto tipo de pesquisa, será com uma abordagem qualitativa descrita por Minayo (2012, p. 21), “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

Para obtenção dos resultados será realizada uma análise de documentos e a entrevista narrativa como forma de envolver diferentes dimensões do objeto de pesquisa. Sendo a “análise de documentos uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos [...]” (Lüdke e André, 2017).

A entrevista narrativa ressignificada, discutida por Andrade (2012), “[...] as narrativas são constituídas a partir da conexão entre discursos que se articulam, que se sobrepõem, que se somam ou, ainda, que diferem ou contemporizam” (Andrade, 2012, p. 179).

Passamos agora a descrever teoricamente, as percepções sobre o campo crítico e articulados aos procedimentos metodológicos selecionados, a priori, para a produção dos dados da pesquisa em questão.

1.2. Das vontades da pesquisa – Caminhos metodológicos

Esse tópico descreve os caminhos metodológicos adotados nesta pesquisa, na busca de obtenção de resultados para o presente estudo. Divididos em quatro subtópicos: 1.3.1 a abordagem e o tipo da pesquisa; 1.3.2 Do instrumento da pesquisa; 1.3.3 Da interpretação das entrevistas narrativas; 1.3.4 Descrição da escola campo empírico.

1.2.1 A abordagem e o tipo da pesquisa

Propomos estabelecer enquanto tipo de pesquisa, será com uma abordagem qualitativa descrita por Minayo (2012, p. 21), “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos”.

Sendo assim, a preocupação da pesquisa qualitativa não é quantificar, mas entender e compreender a dinâmica das relações sociais. Com essa qualidade fundamental, esse tipo de pesquisa torna-se pertinente para trabalhar com a educação sexual nas escolas, pois, de acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, valores, atitudes, que não podem ser quantificados, pois correspondem a um nível mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo a Minayo (2014) o método qualitativa de pesquisa é compreendido como sendo aquele que se ocupa do nível subjetivo e relacionado ao contexto social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2014).

Segundo a autora:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2014, p. 57).

Contudo, a pesquisa qualitativa vai da descoberta à compreensão dos fatos no contexto cultural, pela interpretação dos fatos encontrados, extrapolando a quantificação das informações por meio da indução e argumentação e imprimindo as opiniões do pesquisador.

Para obtenção dos resultados será realizada uma análise de documentos e a entrevista narrativa como forma de envolver diferentes dimensões do objeto de pesquisa. Sendo a “análise de documentos uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos [...]” (Lüdke e André, 2017).

Em relação aos procedimentos a serem seguidos na análise de documentos, a primeira fase é a caracterização do tipo de documento que será usado ou selecionado. Nesse sentido, a escolha dos documentos não ocorre de forma aleatória, mas deve ter sempre algum propósito ou hipótese conduzindo a sua seleção (Lüdke; André, 2017).

A análise de documentos, de acordo com Lüdke e André (2017), se constitui como uma técnica importante na abordagem qualitativa, podendo complementar dados obtidos por outros instrumentos de pesquisa, ou ainda revelando novos aspectos do tema estudado. Assim, a análise de documentos considera como fonte de informações: “Leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (Lüdke; André, 2017, p. 45).

1.2.2 Do instrumento da pesquisa

O estudo tem a intenção de se dedicar a produzir, através da entrevista narrativa ressignificada, um texto peculiar, por meio do qual os/as professores/as narram suas histórias de vida, suas vivências escolares, a construção de “eu” chamado sujeito, dando significado aos processos de subversão e submissão vividos no contexto escolar a partir das relações de poder estabelecidas.

Diante disso, partindo do pressuposto que as entrevistas narrativas não “[...] permitem dizer uma ou a verdade sobre as coisas e os fatos, mas pode-se considerá-las como a instância central que, somada a outras, traz informações fundamentais acerca do vivido e possibilita uma interpretação (mesmo que provisória e parcial)” (Andrade, 2012, p. 175).

Nesta trajetória, a (re)tomada das histórias de vida escolar de cada um/a constitui-se como um modo de construir novos sentidos para si mesmo e para os outros, pois “é contando história, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo” (Larrosa, 1994, p. 69).

Dentro dessa perspectiva teórica, as narrativas são posicionadas como uma “[...] produção cultural, social, política e histórica, e não como um dado fixo estável, igual a todos os outros e ancorado em práticas sociais e culturais que se querem ser mais ou menos precisas e iguais” (Andrade, 2012, p. 179).

Contudo, as narrativas que foram e estão sendo produzidas e articuladas dão sustentação a este estudo com o modo de operar do material de pesquisa, de maneira a dar sentido às narrativas dos/as professores/as, colocando em discussão os efeitos produzidos pela educação sobre a conduta humana e as formas como os indivíduos pensam, falam, atuam em relação a si, aos outros e em relação a questões educacionais.

De acordo, com Andrade (2012), relata que:

É, pois, no interior dos processos de escolarização que diferentes práticas discursivas são postas a falar sobre e em torno da[s] [pessoas], incluindo e excluindo, mostrando a cada um/a os lugares que podem ocupar. Ao mesmo tempo, mediante intensos processos de interpelação e de poder, produzem efeitos sociais [nas pessoas]. Nesses discursos, sutilmente hierarquizados e entrecruzados- ou seja, nesse mosaico discursivo -, [pessoas] vão construindo suas identidades, constituindo-se enquanto sujeitos e constituindo, simultaneamente, representações de escola e de suas trajetórias dentro e em torno dela (Andrade, 2012, p.178).

Sendo assim, o uso da entrevista narrativa como instrumento de coleta de dados, será de fundamental importância para o estudo, pois, permite que os professores/as, descrevam experiências, opiniões, sentimentos, valores e dificuldades sobre a temática em estudo, produzindo informações e materiais empíricos a partir do que está sendo narrado sobre a temática.

Os sujeitos da pesquisa serão os professores de Ciências que trabalham nas turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental II. Para tanto, o critério de inclusão: 1) Participarão professores/as que estejam atuando no ensino fundamental II, e que sejam graduados em qualquer área de ensino.

Como critério de exclusão: 1) Não participarão professores/as que não estejam atuando no ensino fundamental II, e não possuem nenhuma formação acadêmica para atuar nessa modalidade de ensino. Vale ressaltar, que a pesquisa já considera-se aprovada pelo conselho de ética CAAE 71345023.9.0000.5020.

1.2.3 Da interpretação das entrevistas narrativas

As entrevistas serão analisadas a partir da análise Temática (Braun e Clarke, 2006), que “através da sua liberdade teórica, a análise temática fornece uma

ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo de dados” (Braun e Clarke, 2006, p. 3).

Vale ressaltar que a análise temática pode se apresentar como um:

Método essencialista ou realista, que relata experiências, significados e a realidade dos participantes, ou pode ser um método construtivista, que examina as maneiras como eventos, realidades, significados, experiências e assim por diante são feitos de uma série de discursos que operam dentro da sociedade. Também pode ser um método ‘contextualista’, localizado entre os dois polos do essencialismo e construtivismo (...). Portanto, a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície da ‘realidade’. No entanto, é importante que a posição teórica de uma análise temática seja clara, já que esta é muitas vezes não mencionada (e é, então, normalmente, de caráter realista) (Braun; Clarke, 2006, p.7-8).

Diante disso, na análise temática, os temas ou padrões dentro dos dados podem ser identificados por indução ou por dedução. A análise indutiva é guiada pelos dados, sem tentar se encaixar em um modelo de codificação preexistente ou preconceitos analíticos do pesquisador. Todavia, como uma análise teórica ou dedutiva é, conseqüentemente, mais explicitamente orientada pelo analista, esta forma de análise tende a descrever menos os dados em geral, ressaltando de forma mais detalhada apenas alguns aspectos dos dados (Braun; Clarke, 2006).

Sendo assim, a análise temática nos dá a possibilidade de fornecer uma descrição mais detalhada e diferenciada sobre um determinado tema específico ou grupo de temas, dentro da análise de dados. Vale ressaltar, que na análise temática os temas deverão ser identificados pelo nível semântica e latente, sobre essas questões as autoras relatam que:

Com uma abordagem semântica, os temas são identificados dentro dos significados explícitos ou superficiais dos dados, e o analista não está à procura de qualquer coisa além do que um participante tenha explicitado ou dito ou escrito. (...) Em contraste, uma análise temática a nível latente vai além do conteúdo semântico dos dados, e começa a identificar ou examinar as ideias, suposições e conceitualizações –e ideologias –subjacentes que são teorizados como formação ou informação do conteúdo semântico dos dados (Braun; Clarke, 2006, p. 11).

Contudo, a análise temática envolve buscar a partir de um conjunto de dados, seja originário de entrevistas, grupos focais ou de uma série de textos, a fim de encontrar os padrões repetidos de significado. Braun e Clarke (2006) descrevem que a análise envolve um constante movimento para frente e para trás pelo conjunto de dados, ou seja, pelo que se está analisando dos extratos codificados ou já produzindo a partir da análise.

Portanto, “a análise temática é uma abordagem flexível que pode ser usada por uma variedade de epistemologias e questões de pesquisa” (Braun; Clarke, 2006, p. 28).

1.2.4 Descrição da escola campo empírico

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal Francisca Creuza Martins de Paula, no município de Fonte Boa- AM.

A Escola Municipal Francisca Creuza Martins de Paula, oferta as modalidades de ensinos de Educação Infantil: Pré 1 e Pré 2; Ensino Fundamental 1: 1º ao 5º Ano; Ensino Fundamental 2: do 6º ao 9º Ano e Educação de Jovens e Adultos-EJA. A escola possui uma quantidade de 1.289 alunos matriculados, distribuídos em três (3) turnos: Matutino, Vespertino e Noturno.

A referida escola, tem a função educacional, cultural e social, onde busca compreender as ligações existentes entre as demandas da comunidade, sejam a escolar ou de modo geral. Os trabalhos, as atividades são apresentados conforme as categorias a ela existentes, articulando entre si por meio dos elementos, que juntos lutaremos por uma escola envolvente e melhor.

Portanto, esta unidade de ensino, busca desempenhar um papel que faz desta escola uma referência no cotidiano contemporâneo, garantindo seu lugar na sociedade do conhecimento, seus nexos com a democracia, suas interfaces com a comunidade e suas conexões com a cultura.

A escola está situada no bairro pai Sabá, região oeste do município de Fonte Boa-AM, e atende os alunos/as dos bairros mais próximos e também outros mais distantes, que são os bairros, Belarmino Lins, Vila Martins, Átila Lins, Baré e Remanso.

Fonte Boa é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Pertencente à Mesorregião do Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões, localiza-se ao oeste de Manaus, capital do estado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população possui um total de 21.295 habitantes, e possui uma área de 12.165,19 quilômetros quadrados. Limita-se com os municípios de: Uarini a leste; Juruá e Jutai ao sul; Tonantins e Japurá a oeste; e Marã ao norte (IBGE, 2023).

Para tanto, faz-se necessário compreender os significados e conceitos sobre Educação Sexual partindo de autores que trabalham a temática ao longo da história. O tópico seguinte fará uma discussão teórica sobre a temática em questão.

SEÇÃO II – EDUCAÇÃO SEXUAL – CONTEXTOS E DEFINIÇÕES

Nesta seção estão descritos o aporte teórico sobre a Educação sexual e o ensino de ciências, definições, contextos e abordagens. Além disso como forma de melhor compreender o campo de estudo foi realizado um levantamento bibliográfico no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). que permitiu uma visão global das pesquisas relacionadas à educação sexual. Como resultados foram selecionados trabalhos que se relacionam com o nosso objeto de pesquisa e que enriqueceram o diálogo acerca da temática.

2.1 As relações entre Educação Sexual e Ensino de Ciências

Conforme Barcelos e Jacobucci (2011), a educação sexual é uma relevante estratégia de prevenção dos problemas vinculados ao desenvolvimento da sexualidade na adolescência, mas a escola mostra muitos percalços em desempenhar o seu papel, pois essa função depende, dentre outros fatores, de docentes habilitados de forma preliminar para o exercício da profissão. Os professores são peça chave na educação sexual, sendo necessário que participem de um processo amplo e aprofundado de formação, tanto em conteúdos quanto em metodologias, para permitir que os adolescentes se sintam seguros em expressar sua opinião sobre a temática.

Nesse sentido, é perceptivo que a Educação Sexual seja de fundamental importância nas escolas, principalmente a partir do diálogo com os estudantes, pois não basta a enxurrada de informações que as mídias disponibilizam sobre as relações do corpo e as várias faces do sexo expostas, cotidianamente, em sites de internet. Nossos educandos sentem necessidade de um diálogo direto e que oportunize sanar seus anseios e dúvidas em relação ao seu próprio corpo, à sexualidade e todas as relações que abarcam essa discussão.

Sendo assim, a escola é um lugar onde também se aprende a respeitar os outros, a diminuir as desigualdades, a quebrar o patriarcado e a vivenciar a não violência. A escola acaba também se tornando um ambiente onde se aprende que homens e mulheres têm suas diferenças, incluindo no quesito sexo e isso não quer dizer que existam comportamentos definidores da masculinidade e da feminilidade fora dos padrões culturais de cada época e lugar (Silva, 2020).

Para os estudantes que vivem a transformação de seu corpo é ainda mais significativo o estudo do corpo humano, o qual é, muitas vezes, representado como

sinônimo de imperfeição, de fetiche ou de beleza entre outros significados atribuídos pelos adolescentes. O corpo humano não pode se limitar à visão biologizante. Devemos ir além do ensino da anatomia e fisiologia do corpo humano. Segundo Amaral, Domingues e Silva (2008), o corpo é espaço de expressão e constituição de identidades, é nele que são inscritos os principais signos de cada sociedade. O corpo tem uma história, é constituído de linguagem, fala e exprime seus anseios de forma significativa.

Segundo Costa e Souza (2016), as relações entre o ensino de Ciências, Educação Sexual e Sexualidade, se dão na medida em que o campo se torna espaço privilegiado para a abordagem de conteúdos, tais como o corpo humano, o sistema reprodutor e a reprodução. Partindo dessa premissa, as práticas educativas acabam por pautar-se somente no viés biológico, desconsiderando que os corpos ali estudados estão inseridos em dimensões sociais, afetivas e históricas (Costa; Souza, 2016).

De acordo com o que consta nos PCN – Tema Transversal Orientação Sexual (BRASIL, 1998), quando abordamos, em Ciências, o corpo – infantil e adulto, de homem e de mulher – e suas anatomias interna e externa, precisamos incluir o fato de que os sentimentos, as emoções e o pensamento se produzem a partir do corpo e se expressam nele, marcando-o e constituindo o que é cada indivíduo. Essa integração 45 entre as dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sensíveis – cada uma se expressando e interferindo na outra – necessita ser explicitada no estudo do corpo humano, para que não se reproduza a sua concepção de conjunto de partes fragmentadas (Brasil, 1998).

Para Costa e Souza (2016), o diálogo acerca de sexualidade e educação sexual como componente no ensino de Ciências é pertinente para aprofundar os debates educacionais, contribuindo para se pensar uma educação mais inclusiva e equânime.

Contudo, as perspectivas acerca das questões de educação sexual e sexualidade em Ciências permitem refletir que para além da visão biológica ensinada, “faz-se necessária discutir em sua transversalidade, sua construção histórica e social, contribuindo para o respeito acerca das diferenças, combate à discriminação, preconceitos e violências dentro e fora da escola” (Costa; Souza, 2016, p. 02).

No ambiente escolar, o cotidiano dos alunos e alunas está permeado por relações de gênero e sexualidade, seja quando se define quem é menino ou menina usando a estrutura anatômica como referência, como cada qual deve se comportar,

quais brinquedos são específicos para cada gênero, qual configuração familiar é legítima, além de quando há o reconhecimento de determinadas identidades sexuais e a exclusão de outras. “Estas práticas ditas como “normais”, naturalizam, reforçam e ampliam e consolidam preconceitos e discriminações aos sujeitos que estão no interior da escola, lugar onde deveria ser propício para a convivência com as pluralidades identitárias e sociais” (Costa; Souza, 2016, p. 03).

Logo, as mudanças nas concepções e na forma como a temática é abordada, no ensino de Ciências, são necessárias para que novos diálogos sejam abertos, especificamente nas escolas, onde as relações se apresentam cotidianamente e onde valorizam-se determinadas identidades em detrimento de outras. Portanto, trata-se de um olhar novo sobre a sexualidade e educação sexual, não mais pautado em uma visão puramente biológica, e essa ampliação de olhar é urgente em tempos de violência de gênero e vitimização sexual de mulheres (Costa; Souza, 2016).

Sendo assim, torna-se indispensável a desestabilização da compreensão do conhecimento científico como algo cristalizado, de forma que seja possível articular entendimentos plurais do mundo a partir das experiências vividas pelos estudantes. Desta forma, ensinar Ciências passa a ser uma forma de enfrentar os desafios da sociedade em constante processo de transformação, desenvolvendo nos alunos a capacidade de exercer plenamente a cidadania (Costa; Souza, 2016).

Conforme relata os PCNs:

É importante, portanto, que se supere a postura que apresenta o ensino de Ciências Naturais como sinônimo da mera descrição de suas teorias e experiências, sem refletir sobre seus aspectos éticos e culturais. Na educação contemporânea, o ensino de Ciências Naturais é uma das áreas em que se pode reconstruir a relação ser humano/natureza em outros termos, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência social e planetária. Um conhecimento maior sobre a vida e sobre sua condição singular na natureza permite ao aluno se posicionar acerca de questões polêmicas como os desmatamentos, o acúmulo de poluentes e a manipulação gênica. Deve poder ainda perceber a vida humana, seu próprio corpo, como um todo dinâmico, que interage com o meio em sentido amplo, pois tanto a herança biológica quanto às condições culturais, sociais e afetivas refletem-se no corpo. Nessa perspectiva, a área de Ciências Naturais pode contribuir para a percepção da integridade pessoal e para a formação da autoestima, da postura de respeito ao próprio corpo e ao dos outros, para o entendimento da saúde como um valor pessoal e social e para a compreensão da sexualidade humana sem preconceitos (Brasil, 1998, p. 22-23).

Segundo as autoras, Moizés e Bueno (2010), os professores de Ciências são os mais responsabilizados pela educação sexual dos alunos, e isto se deve pela sua formação inicial, pois ele recebe a formação em saúde e reprodução. Para as autoras,

o maior problema dos PCN trazerem os conteúdos transversais está na falta de formação, pois:

A transversalidade implica a necessidade do professor não apenas dominar o conteúdo programático da matéria que é responsável, como exige conhecimento específico das disciplinas curriculares e habilidade para inserir temas transversais que fogem da especificidade que está habituado a lidar (Moizés; Bueno, 2010, p. 206).

De acordo, com os PCNs e a inclusão da Orientação Sexual como Tema Transversal trazem para a escola a legitimidade para dialogar sobre sexualidade, mas, segundo constatamos, os educadores sentem dificuldades em dialogar sobre a temática na escola, pois falta formação continuada e adequada para desenvolverem estas ações educativas.

Para Bernardo (1986), o preparo do profissional docente, tanto para si quanto para as escolas que ensinam crianças e adolescentes, é um campo, concernente à competência universitária. O professor, segundo o autor, é um intelectual, cujo trabalho consiste em divulgar o saber ou, preferencialmente, mais do que isto, em elaborar o saber “com-os-outros”. Essa particularidade impõe uma revisão da ação educativa na Universidade quanto à formação dos profissionais do ensino. Às Universidades e aos Órgãos relacionados à educação cabe, ainda, a tarefa de estimular periodicamente pesquisas de perfil do campo de trabalho, a partir das quais se possam realizar projeções mais acertadas das perspectivas de absorção dos profissionais da educação. Bem como, fazer questionamento e tentar compreender a partir das produções de conhecimentos científicos, quais as necessidades formativas para que o professor(a) possa abordar a educação sexual no contexto escolar.

2.2 De que Educação Sexual estamos falando?

Com o avanço da tecnologia e uma sociedade em constante evolução, a necessidade de uma abordagem educacional sólida e aberta sobre questões sexuais se tornou inegável. Através de pesquisas multidisciplinares, acadêmicos, educadores e profissionais da saúde têm se dedicado a explorar as complexidades da Educação Sexual, a fim de fornecer orientações e informações relevantes para jovens e adultos, contribuindo para a promoção da saúde sexual, o combate à discriminação e a construção de relacionamentos saudáveis. Neste contexto, este estudo irá analisar as principais tendências, desafios e avanços nas pesquisas sobre Educação Sexual

realizadas nas últimas décadas, destacando a importância crescente desse campo no contexto atual.

Essa temática tem ganhado destaque devido a uma série de fatores que moldam a sociedade contemporânea. Com o advento das redes sociais, a disseminação de informações sobre sexualidade tornou-se mais acessível, ao mesmo tempo em que surgiram novos desafios, como a propagação de informações imprecisas e a exposição precoce a conteúdos sexualmente explícitos. Além disso, questões relacionadas à diversidade de gênero e orientação sexual têm ocupado um espaço central nas discussões sociais e políticas, gerando um maior reconhecimento das necessidades de educação sexual inclusiva e sensível à diversidade.

Nos últimos anos, as pesquisas têm se concentrado em avaliar a eficácia de diferentes abordagens pedagógicas, desde a educação sexual nas escolas até programas de conscientização comunitária. Essas investigações buscam entender como a educação sexual pode promover a tomada de decisões informadas, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a redução da gravidez na adolescência e o fomento de relações saudáveis e respeitadas.

Outro tópico relevante nas pesquisas é a importância da comunicação aberta entre pais e filhos, pois a família desempenha um papel crucial na formação das atitudes e valores relacionados à sexualidade. Além disso, as pesquisas exploram como as abordagens pedagógicas podem se adaptar às diferentes faixas etárias, níveis de desenvolvimento e contextos culturais.

No entanto, as pesquisas sobre Educação Sexual nos últimos 10 anos refletem a crescente conscientização sobre a importância desse tópico em uma sociedade em constante transformação. Elas têm buscado não apenas identificar as melhores práticas, mas também abordar as complexidades da sexualidade de forma inclusiva e respeitosa, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades sexuais. Esta é uma área em constante evolução que desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar sexual de indivíduos em todo o mundo.

No que concerne à Educação Sexual pode -se dizer que ele é uma área de pesquisa complexa e multifacetada que desempenha um papel fundamental na sociedade contemporânea. Nos últimos 10 anos, a crescente relevância desse campo tem impulsionado acadêmicos, educadores e profissionais da saúde a se envolverem em investigações que buscam compreender, aprofundar e aprimorar as práticas educacionais relacionadas à sexualidade. Esta seção, dedicada ao campo teórico da

Educação Sexual, fornece uma base sólida para a compreensão das complexidades inerentes a esse domínio e destaca sua importância nas pesquisas recentes no Brasil.

Nossa discussão se propõe a explorar como as políticas de educação são instrumentos de poder, capazes de legitimar ou desqualificar projetos políticos e sociais. Elas podem ser usadas para promover a igualdade e a inclusão, mas também podem ser manipuladas para reforçar desigualdades e perpetuar agendas exclusivas.

Sobre o significado de política educacional, Santos (2012), afirma:

[...] corresponde a toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na instância individual) e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade (Santos, 2012, p. 3).

A citação acima, retirada das palavras de Santos, desvenda a profunda interligação entre política, educação e sociedade. Ela nos lembra que as políticas de educação não são meros documentos burocráticos, mas sim instrumentos poderosos que moldam o presente e o futuro de uma nação. Elas influenciam não apenas o que é ensinado nas escolas, mas também como os cidadãos compreendem o mundo, se relacionam uns com os outros e participam na construção de uma sociedade.

Neste contexto de influência das agências multilaterais e sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC), surgiram documentos de referência cruciais que desempenharam um papel significativo na orientação da educação no Brasil.

Esses documentos são mais do que simples orientações pedagógicas. Eles representam a visão do Estado e de grupo social e do mercado, sobre o que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e, o que é igualmente importante, o que deve ser priorizado na educação das crianças e jovens. Em particular, no que diz respeito à Educação sexual e à sexualidade, esses documentos desempenharam um papel central na formulação de políticas educacionais.

Uma abordagem orientada pela afetividade na Educação Sexual se preocupa não apenas em fornecer conhecimento, mas também em nutrir a capacidade de formar relacionamentos saudáveis, de respeitar a si mesmo e aos outros, e de tomar decisões informadas. A afetividade é uma dimensão fundamental da vida de todos, e sua compreensão adequada contribui para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Uma educação sexual sob essa orientação possibilita a abertura para que se compreenda devidamente a afetividade, portanto, comprometida com a busca pelo melhor para homens e mulheres, meninos e meninas, para os adolescentes, para que elas sejam felizes, como dimensão fundamental das suas existências (Siqueira, 2004).

Essa abordagem valoriza a felicidade como um objetivo legítimo e alcançável na vida de todas as pessoas, incluindo jovens e adolescentes. Afinal, uma educação sexual eficaz não deve apenas prevenir doenças ou gravidezes indesejadas, mas também proporcionar às pessoas as ferramentas e o conhecimento necessários para viverem vidas plenas e satisfatórias.

É vital que a Educação Sexual seja concebida como um meio de empoderar indivíduos para que possam tomar decisões informadas sobre sua própria sexualidade, respeitar a diversidade de experiências e identidades, e desenvolver relações afetivas saudáveis. Isso não apenas melhora a qualidade de vida de cada pessoa, mas também contribui para a construção de sociedades mais igualitárias e felizes.

A necessidade de uma Educação Sexual aberta, inclusiva e baseada em direitos humanos foi impulsionada, em grande parte, pelos movimentos de mulheres e feministas que pressionaram por uma transformação profunda na educação brasileira. Eles reconheceram que o acesso ao conhecimento sobre sexualidade era essencial para a autonomia das mulheres e para a promoção da igualdade de gênero.

De acordo com Vianna (2012, p. 130-131):

[...] A retomada efetiva dessa questão na área educacional deu-se a partir de 1995, com a pressão de movimentos de mulheres e com as sucessivas respostas do governo de Fernando Henrique Cardoso aos compromissos internacionais relativos a uma agenda de gênero e sexualidade.

A Educação Sexual no Brasil, como em muitos outros lugares, é um campo em constante evolução, refletindo mudanças sociais, políticas e culturais. A citação destaca a importância de considerar a trajetória e as influências que moldaram o atual cenário da Educação Sexual no país. Ela nos lembra que a luta por uma educação sexual aberta e informada é uma parte fundamental da busca por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Portanto, é crucial que continuemos a debater, a refletir e a desenvolver políticas que atendam às necessidades e direitos de todos, independente do gênero e da orientação sexual.

A instituição escolar, nesse contexto, desempenha um papel de destaque ao revelar e perpetuar não apenas o conhecimento, mas também os sistemas de poder

e controle que moldam a sociedade. Ela é o lugar onde se materializam as hierarquias, as desigualdades e os privilégios. A Educação não apenas reflete, mas também reforça, as relações de poder que permeiam nossa sociedade.

Para Bourdieu e Passeron (p. 58. 2012),

A educação não se trata de um objeto indiferente, neutro, mas constitui-se como um eixo central, no sentido de que, por meio da instituição escolar, são revelados não apenas os mecanismos do conhecimento social, ou mesmo as formas que fazem os agentes se reconhecerem e conhecerem suas instituições e sistemas de instituições, mas também são mecanismos de poder e de reprodução das relações sociais.

A citação de Bourdieu e Passeron (2012) lança uma luz penetrante sobre a natureza da Educação como um dos pilares fundamentais que sustentam a sociedade. Segundo essa visão, a Educação não é um elemento isolado, neutro ou desprovido de influência, mas, ao contrário, constitui-se como um elemento central, intrinsecamente entrelaçado com os mecanismos do conhecimento social, relações de poder e a reprodução das estruturas sociais.

A Educação, então, não é apenas um veículo de aprendizado; é também uma arena na qual os agentes sociais se reconhecem e são, por vezes, moldados. Ela desempenha um papel na formação de identidades individuais e coletivas, bem como na criação de normas e valores que sustentam a estrutura social. Portanto, é essencial reconhecer que a Educação é uma ferramenta poderosa para a reprodução das relações sociais existentes.

No entanto, essa perspectiva crítica também sugere que a Educação tem o potencial de ser uma força transformadora. Ao entender e conscientizar-se dos mecanismos de poder embutidos no sistema educacional, podemos buscar maneiras de tornar a Educação mais igualitária, acessível e capaz de promover a justiça social.

Assim, na busca por melhor entender quais os caminhos que as pesquisas em educação sexual estão seguindo foi realizado um estudo chamado estado do conhecimento, por meio desta metodologia de pesquisa, buscou-se obter uma compreensão abrangente das abordagens de Educação Sexual no contexto do ensino de Ciências nas escolas e seus impactos na formação de jovens. Esperamos que os resultados deste levantamento contribuam para a melhor constituição do campo teórico e suas implicações para compreensão das práticas educacionais relacionadas à Educação Sexual, tendo como pressuposto a promoção de uma práxis docente que colabore com a saúde sexual e na formação de jovens conscientes e informados.

2.3 Pesquisas em Educação Sexual e Ensino de Ciências: O Estado Do Conhecimento

Com o intuito de realizar um levantamento acerca das discussões recorrentes no campo da Educação Sexual e Ensino de Ciências, foi realizada uma investigação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Para tanto, foram eleitos como descritores “Educação Sexual” *and* “Ensino de Ciências”.

A Educação Sexual tem sido um tópico de crescente importância nas pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos 11 anos. Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, as questões relacionadas à sexualidade, Educação Sexual, identidade e relacionamentos desempenham um papel fundamental na vida dos indivíduos. Com o avanço da tecnologia e uma sociedade em constante evolução, a necessidade de uma abordagem educacional sólida e aberta sobre questões sexuais e o ensino de ciências se tornou inegável. Através de pesquisas multidisciplinares, acadêmicos, educadores e profissionais da saúde têm se dedicado a explorar as complexidades da Educação Sexual, a fim de fornecer orientações e informações relevantes para jovens e adultos, contribuindo para a promoção da saúde sexual, o combate à discriminação e a construção de metodologias eficazes para abordar cada vez mais a temática em ambientes escolares.

Neste contexto, este trabalho irá analisar as pesquisas desenvolvidas nos anos de 2012 a 2023, sobre as principais tendências, desafios e avanços nas pesquisas sobre Educação Sexual e Ensino de Ciências realizadas nas últimas décadas, destacando a importância crescente desse campo no contexto atual.

Sendo assim, as pesquisas sobre Educação Sexual nos últimos 11 anos refletem a crescente conscientização sobre a importância desse tópico em uma sociedade em constante transformação. Elas têm buscado não apenas identificar as melhores práticas, mas também abordar as complexidades da sexualidade de forma inclusiva e respeitosa, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades sexuais. Esta é uma área em constante evolução que desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar sexual de indivíduos em todo o mundo.

Inicialmente, fez-se um levantamento na plataforma do (IBICT) e foi utilizado como descritores “Educação Sexual” *and* e “Ensino de Ciências”, foram encontrados 41 trabalhos entre teses e dissertações, dos quais após uma leitura breve nos títulos foram selecionados 20 trabalhos, em seguida foi realizado uma leitura dos resumos,

foram obtidos um total de 09 trabalhos, que mais se aproximavam a temática desta pesquisa. Os trabalhos selecionados estão classificados de acordo com a tabela 01 abaixo.

Tabela 01. Distribuição dos trabalhos selecionados

Dissertações	08
Tese	01
Total	09

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Foram lidos títulos, resumos e palavras-chave, os sumários e quando necessário fez-se a leitura de um capítulo da mesma que pudesse vir a contribuir com a pesquisa, que se classifica como um estado do conhecimento.

Diante disso, foi realizada uma pesquisa tipo estado do conhecimento referente à temática da pesquisa de mestrado. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 155) destacam que o estado do conhecimento é a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. [...]”.

Apesar de ser um tipo de pesquisa bibliográfica bem recente no Brasil, o estado do conhecimento realiza um balanço das respectivas áreas de conhecimento, com a finalidade de diagnosticar temas relevantes, emergentes e recorrentes, indicar os tipos de pesquisa, organizar as informações existentes bem como localizar as lacunas existentes.

Logo, foi realizada a descrição dos trabalhos selecionados quanto ao problema da pesquisa, objetivo, metodologia, sujeitos da pesquisa, região e a Universidade e os principais resultados. Esses dados estão descritos nos quadros 1 e 2 para melhor visualização e sistematização dos trabalhos encontrados.

Quadro 1. Trabalhos selecionados de Dissertações Acadêmicas.

Título	Existir e Deixar Existir: Possíveis Contribuições Do Ensino De Ciências À Educação Sexual De Jovens E Adultos À Luz De Uma Abordagem Emancipatória De Ensino.
---------------	--

Autor/Ano	Marina Nunes Teixeira Soares/2012
Problema/Questão da Pesquisa	Como os alunos da EJA participantes desta pesquisa percebem seus corpos em relação ao corpo que lhes é apresentado nas aulas de Ciências por meio dos modelos representados nos livros didáticos? Que relações são estabelecidas por esses estudantes no confronto de suas representações sobre o aparelho sexual e o encontro com o livro didático?
Objetivos	Objetivo principal a colaboração com a construção de conhecimentos a respeito do papel da Educação Sexual para a EJA e sobre os possíveis lugares que o Ensino de Ciências pode ocupar nesse contexto.
Metodologia	Trata-se de pesquisa-ação desenvolvida junto a alunos da 7ª série do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal em que são investigadas possíveis contribuições do Ensino de Ciências para a Educação Sexual emancipatória na EJA.
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	A nossa principal contribuição foi através de questionários respondidos por escrito por 20 alunos e diálogos estabelecidos em sala de aula, compuseram o principal material que deu suporte à análise de dados referentes à pesquisa, além de terem sido também a principal fonte de informações a subsidiar a elaboração da Proposição Didática.
Universidade/ Região	Universidade de Brasília/ Região Centro-Oeste
Referencial	Figueiró, (2006), Furlani (2010), Brasil, (1998), Carvalho, (2009), Cunha, Freitas e Silva. (2010). Entre outros.
Principais Resultados	Os resultados indicam a necessidade de: adoção de perspectivas histórico-culturais na abordagem dos temas relacionados à Educação Sexual; incorporar estudos sobre corpo, gênero e sexualidade às aulas de ciências para além da perspectiva biológica; pensar atividades pedagógicas que discutam os processos de construção de noções como certo/errado, normal/patológico e bom/ruim, que muitas vezes são a base afetiva para que diferenças sejam tomadas como desigualdades em processos que favoreçam atitudes preconceituosas e discriminatórias; estruturar abordagens diferenciadas para o trabalho com a EJA levando em consideração sua diversidade etária e especificidade cultural e estimular discussões a respeito das influências sociais em assuntos tidos como íntimos.
Título	Corpo, Sexualidade, Gênero E As Mediações Culturais Em Revistas Femininas Juvenis: Possibilidades De Uso Para O Ensino Não-Formal
Autor/Ano	Bartira dos Reis Rocha Cezar/ 2013
Problema/Questão da Pesquisa	Quais aspectos da sexualidade poderiam ser trabalhados no ensino de ciências através dos meios de comunicação como forma de enriquecer o diálogo com os alunos? O que poderia promover o diálogo com os jovens escolares valendo-se dos meios de comunicação que se relacionasse com a sexualidade? E o quê na sexualidade me interessaria enfocar? Gravidez na adolescência, homossexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis?
Objetivos	Contribuir para o ensino da sexualidade na escola, fornecendo subsídios aos professores para a utilização das revistas femininas juvenis como um recurso didático para o ensino não-formal de ciências.
Metodologia	Este estudo é de cunho etnográfico por buscar refazer o percurso de interação de jovens escolares com as revistas Capricho e Atrevida.

Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	Nesta pesquisa foi realizada a observação participante com os alunos do 9º ano de uma escola Municipal do Rio de Janeiro, aonde foram produzidos os dados etnográficos registrados em um diário de campo.
Universidade/ Região	Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde/ Região Sudeste.
Referencial	Altmann, (2001), Bozon; Heilborn, (2006), Barros <i>et al.</i> (2009). Entre outros.
Principais Resultados	Os resultados apontam em duas direções: a primeira para a relevância do incremento de ações desta natureza na escola a possibilidade de ampliação e articulação do ensino não –formal ao formal de ciências a partir dos saberes dos alunos mediados pelas revistas <i>Capricho</i> e <i>Atrévada</i> na construção do conhecimento. A segunda refere-se ao enfrentamento de temática ainda pouco debatida no contexto escolar, mas de crescente interesse para a sociedade brasileira no plano dos direitos. A linguagem empregada pelos meios de comunicação estimula o interesse dos jovens em aprender e mostra como o uso das revistas contribui com educadores na identificação das lacunas de conhecimento observadas na abordagem tradicional do ensino de ciências.
Título	Educação Sexual: Práticas Pedagógicas Em Aulas De Ciências De Escolas Da Diretoria De Ensino De Votorantim/SP
Autor/Ano	Viviane Aparecida da Silva Rodrigues /2015
Problema/Questão da Pesquisa	Quais práticas pedagógicas, voltadas à Educação Sexual, são realizadas por docentes que ministram aulas de Ciências nas escolas estaduais da Diretoria de Votorantim e como se articulam com o currículo de Ciências da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo-SEE-SP? Qual é a importância da Orientação Técnica, oferecida pelo Núcleo Pedagógico, para as práticas dos professores?
Objetivos	Este estudo tem como objetivo principal conhecer e analisar as práticas pedagógicas em educação sexual realizadas por professores de Ciências e verificar em que medida a formação continuada interfere em suas concepções e ações nas aulas.
Metodologia	Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa junto a um grupo de professores da Diretoria de Ensino de Votorantim/SP.
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	Nesta pesquisa foi realizado um estudo exploratório com aplicação de um questionário para 23 professores de Ciências; posteriormente, para obtenção dos dados, foi realizada uma entrevista com 7 desses professores.
Universidade/ Região	Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba/Região Sudeste.
Referencial	Silva, (2007), Guimarães, Giordan, (2011), Figueiró, (2006), Furlani (2011), Unesco (2010). Entre outros.
Principais Resultados	Observou-se que, quando se trata de educação sexual, os docentes conhecem as demandas da comunidade escolar, têm interesse em atender as necessidades formativas dos alunos, reconhecendo que há precocidade na iniciação sexual; no entanto, apresentam dificuldades em enfrentar críticas, tabus, medos e preconceitos e em estender a temática para adolescentes mais novos, visto que não encontram respaldo no Currículo Oficial de Ciências. Os participantes da pesquisa expressaram, em seus discursos e práticas, abordagens biológico-higienista e/ou moral tradicionalista, que não condizem com uma abordagem emancipatória. Com os resultados dessa pesquisa, propõe-se uma revisão curricular para que a ES se estenda aos outros anos do Ensino Fundamental e a

	formação continuada efetiva para subsidiar os professores, fortalecendo-os frente aos desafios pedagógicos que a temática impõe.
Título	Educação Sexual E A Formação De Professores: Uma Proposta Para A Formação Inicial Dos Licenciandos Em Ciências Naturais (Fup)
Autor/Ano	Andrezza Romenia Lima de Abreu/2017
Problema/Questão da Pesquisa	Qual a importância da elaboração de proposição e desenvolvimento de uma disciplina sobre Educação Sexual com estudantes do Curso de Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina?
Objetivos	Este estudo tem como objetivo principal: a elaboração de proposição e desenvolvimento de uma disciplina sobre Educação Sexual com estudantes do Curso de Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina.
Metodologia	A pesquisa possui caráter qualitativo, uma vez que as informações foram obtidas em ambiente natural, por meio de contato direto do/a pesquisador/a com os/as participantes, “a pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, com o investigador geralmente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes” (CRESWELL, 2007, p. 188).
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	Participaram da disciplina/pesquisa 17 estudantes do curso de Ciências Naturais da FUP- Faculdade de Planaltina. Sendo 12 participantes do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Foi utilizada a observação participante, rodas de conversas com convidados externos, gravações de áudio, bem como a análise documental.
Universidade/Região	Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC) – Universidade de Brasília/Região Centro-Oeste.
Referencial	Silva; Santos (2011), Maia <i>et. al.</i> (2006), Brasil, (1997), Altmann, (2001), Oliveira, (2009). Entre outros.
Principais Resultados	Os resultados indicaram que é de suma importância a Educação Sexual na formação inicial dos licenciandos para melhor desempenho dos futuros professores em sala de aula. Podemos perceber que mesmo com muitos preconceitos e tabus relacionados à sexualidade, é possível trabalhar a Educação Sexual em sala de aula por meio de atividades que são viáveis e podem favorecer o ensino da temática como os recursos didáticos, a sensibilização dos alunos e a prática reflexiva.
Título	Gênero, Educação Sexual E Ensino De Ciências: Perspectivas De Professoras E Professores Da Educação Básica
Autor/Ano	Isabela Lia Vacarri/2018
Problema/Questão da Pesquisa	Quais as concepções de professoras e professores de Ciências de três escolas municipais de uma cidade no interior de São Paulo em relação à implementação da Educação Sexual como tema transversal?
Objetivos	A presente pesquisa visou investigar as concepções de professoras e professores de Ciências de três escolas municipais de uma cidade no interior de São Paulo em relação à implementação da Educação Sexual como tema transversal.
Metodologia	Utilizamos como metodologia a análise documental dos projetos político-pedagógicos, dos planos de ensino e dos materiais didáticos.
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	Para produção dos dados foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas e participaram da pesquisa professores e professoras de Ciências de três escolas municipais de uma cidade no interior de São Paulo.

Universidade/Região	Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal/ Região Sudeste
Referencial	Ribeiro, (2013), Bordini; (2012), Guimarães; (1995), Suplicy et al.(1994). Entre outros.
Principais Resultados	A partir dos resultados da pesquisa ficou evidente a urgência em se repensar a formação inicial e continuada das professoras e professores de Ciências, de forma a possibilitar práticas que respeitem e possibilitem o desenvolvimento da educação sexual em seu sentido múltiplo e plural.
Título	Sexualidade E Gênero Segundo Educadoras De Ciências E Biologia: Limites, Resistências E Possibilidades Da Educação Sexual Na Escola
Autor/Ano	Silmara Silveira Lourenço/ 2019
Problema/Questão da Pesquisa	Quais perspectivas teórico-metodológicas as educadoras pautam suas práticas e quais abordagens consideram pertinentes para o ensino de educação sexual em suas disciplinas.
Objetivos	Este estudo tem como objetivo principal perceber em quais perspectivas teórico-metodológicas as educadoras pautam suas práticas e quais abordagens consideram pertinentes para o ensino de educação sexual em suas disciplinas.
Metodologia	Essa é uma pesquisa que faz uso da abordagem <i>qualitativa</i> , ou seja, parte do pressuposto que os/as sujeitos/as atuam a partir de suas crenças, sentimentos, percepções e valores.
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	Utilizamos entrevistas semiestruturadas, a pesquisa visou discursos construídos por professoras de ciências e biologia de escolas públicas de Sorocaba-SP obtidos a partir da ferramenta de entrevista compreensiva.
Universidade/ Região	Universidade Federal de São Carlos, <i>Campus</i> Sorocaba Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE-So)/ Região Sudeste.
Referencial	Quirino, (2013), OMS; (2015), Brasil; (1998), Louro; (2016), Gastal; (2012), Altmann; (2001). Entre outros.
Principais Resultados	Observamos que há diversos dispositivos que atuam sobre a educação sexual, entre estes, os valores e convicções de ordem religiosa e moral sobre sexualidade e gênero são significativos. Os valores que a gestão escolar e alunas e alunos possuem funcionam como enfrentamento a ser lido por alguns profissionais da educação. Ainda, a ausência de formação foi apontada nas entrevistas, principalmente em relação à educação sexual para além do discurso médico-biológico, o que causa angústia às entrevistadas que sentem a necessidade de uma abordagem mais plural.
Título	"Ser Ou Não Ser, Afinal O Que Se É?" Um Estudo Sobre Biologia Essencialista E Heteronormatividade No Ensino De Ciências No Viés da Lgbtfobia Institucionalizada
Autor/Ano	Thiago Ferreira Abreu/2021
Problema/Questão da Pesquisa	Qual o conhecimento de professores de Ciências e Biologia sobre diversidade sexual e identidade de gênero em duas escolas municipais de três escolas estaduais na cidade de Pelotas/RS?
Objetivos	A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar o conhecimento de professores de Ciências e Biologia sobre diversidade sexual e identidade de gênero em duas escolas municipais e três escolas estaduais na cidade de Pelotas/RS.
Metodologia	O enfoque metodológico escolhido possui um caráter predominantemente interpretativo, caracterizado como uma pesquisa qualitativa.

Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	Para tal, utilizamos como método de investigação entrevistas de profundidade com professoras de instituições de ensino estaduais e municipais.
Universidade/ Região	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Região Sul.
Referencial	Quirino, (2013), OMS; (2015), Brasil; (1998), Louro; (2016), Altmann; (2001), Ribeiro; (2013), Bordini; (2012), Guimarães; (1995), Suplicy et al.(1994). Entre outros.
Principais Resultados	Os resultados emergem evidenciando que os padrões de gêneros estabelecidos socialmente e a compatibilidade com o sexo biológico são prerrogativas que são negligenciadas nas escolas, embora apareça, de forma superficial, em algumas habilidades da BNCC o conhecimento da pluralidade da sexualidade humana, muitos são os tabus acerca desse tema, como vimos anteriormente, há um reforço político no Congresso que permite o enraizamento dessa estrutura hegemônica. Outro apontamento relevante se dá pela invisibilidade desse tema nos cursos de formação inicial de professores, aderindo a uma dificuldade direta na compreensão da temática orientação sexual e identidade de gênero.
Título	Concepções De Professores/As De Ciências Sobre Sexualidade Em Alunos/As Com Deficiência Intelectual
Autor/Ano	Tatiana Pinheiro da Cruz/2023
Problema/Questão da Pesquisa	Qual concepção dos/as professores/as de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental sobre sexualidade de alunos/as com Deficiência Intelectual (DI) no município de Itabaiana-SE?
Objetivos	A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender a concepção dos/as professores/as de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental sobre sexualidade de alunos/as com Deficiência Intelectual (DI) no município de Itabaiana-SE.
Metodologia	Assim, a presente investigação possui abordagem qualitativa com viés no estudo de caso.
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	A técnica para obtenção dos dados foi a entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro de perguntas abertas e fechadas, os participantes da pesquisa foram professores/as de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental anos finais.
Universidade/Região	Universidade Federal de Sergipe/ Região Nordeste
Referencial	Maia; Ribeiro (2010), Figueiró (2018), Foucault, (1997), e Furlani (2008). Entre outros.
Principais Resultados	Foi possível identificar, nos resultados, que a maioria dos/as professores/as de Ciências possui uma concepção de sexualidade abrangente, representada pelos aspectos que envolvem as dimensões biológica, psicológica e social da sexualidade humana. Embora a sexualidade faça parte da vida de qualquer ser humano, com ou sem deficiência, esse tema ainda é repleto de tabus. Contudo, quando se refere à sexualidade da pessoa com Deficiência Intelectual, ainda tem sido alvo de preconceitos, mitos e até desconhecimento, sendo muitas vezes adjetivada como ingênua e instintiva. No geral, é como se as PcD não tivessem o direito de viver a plenamente a sua sexualidade e os seus afetos, especificamente relacionados a crenças e “mitos”.

Quadro 2. Trabalho selecionado a Tese Acadêmica.

Título	Sexualidade e Gênero na Pesquisa e na Prática de Ensino Em Biociências E Saúde
Autor/Ano	Zilene Moreira Pereira/ 2013
Problema/Questão da Pesquisa	Qual a influência do curso Gênero e Diversidade na Escola na prática pedagógica de professores/as de Ciências no Estado do Rio de Janeiro em relação aos temas gênero e sexualidade?
Objetivos	O objetivo da presente pesquisa foi analisar a influência do curso Gênero e Diversidade na Escola na prática pedagógica de professores/as de ciências do 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental da rede pública do Estado do Rio de Janeiro em relação aos temas sexualidade e gênero.
Metodologia	Esta pesquisa foi realizada em dois momentos a primeira é uma revisão bibliográfica em periódicos da área de ensino/educação, buscando compreender como os referidos temas são abordados na produção acadêmica.
Participantes e Instrumentos de Construção dos Dados	No segundo momento foram feitas, entrevistas semi-estruturadas com um grupo de 12 professores/as de ciências do Estado do Rio de Janeiro que cursaram o GDE, focalizando os efeitos do curso na prática pedagógica.
Universidade/ Região	Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde /Região Sudeste
Referencial	Pecorari; Cardoso; Figueiredo, 2005; Souza, et al., 2008; Ferreira, (2008). Entre outros.
Principais Resultados	Os resultados da revisão bibliográfica apontam os avanços nas abordagens do tema incorporando progressivamente a perspectiva sociocultural da sexualidade nas práticas escolares. Ressaltam também a dificuldade na discussão de temas tabus como a homossexualidade e a persistência das diferenças de gênero na avaliação da aprendizagem. Foram feitas várias críticas aos PCN, indicando amadurecimento das investigações e perspectivas de mudanças. As entrevistas com os/as professores/as revelam as diversas contribuições que o curso GDE ofereceu para a prática pedagógica, e em alguns casos para a vida pessoal. Apontam para a permanência de lógicas e costumes tradicionais além das dificuldades em implementar a proposta final do curso. Os depoimentos assinalam a necessidade de formação continuada de profissionais da educação e de iniciativas de consolidação das ações dentro das instituições escolares.

Esses foram os trabalhos selecionados para análise e discussão que será realizado no subtópico a seguir destacando os principais achados no levantamento sobre a temática da Educação sexual e o ensino de Ciências.

2.3.1 Uma breve análise dos caminhos já percorridos

As pesquisas que aproximam a temática – em uma dimensão amplificada – ao ensino de Ciências ainda são incipientes, concentrando-se nos anos finais do ensino fundamental, pois neste período escolar as questões de sexualidade e relações de gênero encontram um local legítimo nas disciplinas de Ciências. Para Costa e Souza (2016), o diálogo acerca de sexualidade e gênero como componente no ensino de Ciências é pertinente para aprofundar os debates educacionais, contribuindo para se pensar uma educação mais inclusiva e equânime.

Tais perspectivas acerca das questões de gênero e sexualidade em Ciências permitem refletir que para além da visão biológica ensinada, faz-se necessária discutir em sua transversalidade, sua construção histórica e social, contribuindo para o respeito acerca das diferenças, combate à discriminação, preconceitos e violências dentro e fora da escola (Costa; Souza, 2016, p. 02).

Diante disso, optamos em fazer uma breve análise e para tanto, selecionamos alguns temas mais discutidos nas dissertações e teses. Dessa forma, sempre que necessário e em outro momento iremos realizar uma análise mais aprofundada dos trabalhos selecionados.

Contudo, foram selecionadas como categorias que emergem das pesquisas nas teses e dissertações sobre a temática de Educação Sexual e Ensino de Ciências: as estratégias pedagógicas, concepção de professores, práticas pedagógicas de professores, interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, currículo escolar. Sendo essas temáticas mais recorrentes nas teses e dissertações pesquisadas.

As abordagens metodológicas utilizadas nos trabalhos selecionados podemos perceber que a maioria está baseada em uma pesquisa qualitativa, esse mesmo tipo de pesquisa se faz presente em meu projeto de mestrado.

O referencial teórico que contribuiu como aporte para análise dos trabalhos, o mais citado foi a partir do campo da Educação Sexual e Sexualidade com autores como Quirino, (2013), Brasil; (1998), Louro; (2016), Altmann; (2001); Maia; Ribeiro (2010), Figueiró (2018), Foucault, (1997), Silva (2020), e Furlani (2008). Entre outros. Esse aporte teórico está sendo utilizado nesta pesquisa do mestrado.

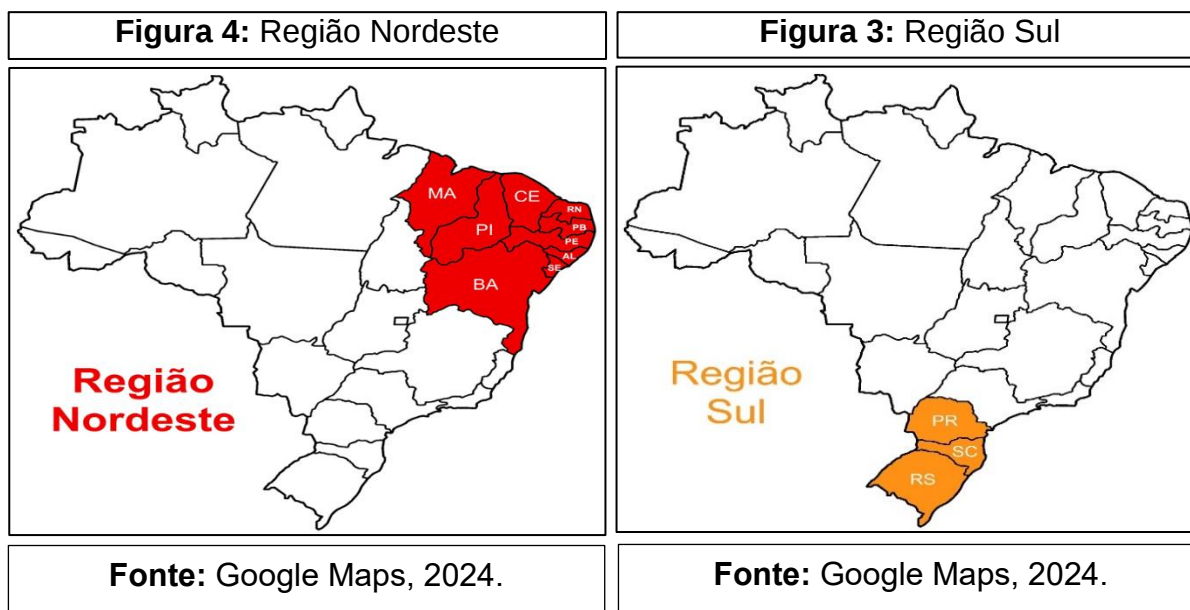
Com relação a localização em que os trabalhos foram produzidos, observamos que as maiores estão localizadas na região Sudeste que obteve 05 trabalhos encontrados.

Figura 1: Região Sudeste**Fonte:** Google Maps, 2024.

A região Centro-Oeste, apresentou uma quantitativo de 02 trabalhos respectivamente.

Figura 2: Região Centro-Oeste**Fonte:** Google Maps, 2024.

Sendo que a região Nordeste e Sul apresentaram um quantitativo de apenas 01 trabalho cada.



Destacamos que a região norte não apresenta trabalhos relacionados a temática, o que torna a minha pesquisa de suma importância no âmbito educacional e como fonte de referência mediante ao tema em questão.

Em relação aos sujeitos da pesquisa, os que estão mais presentes nos trabalhos selecionados são os professores e alunos. Já para os instrumentos mais utilizados para obtenção dos dados da pesquisa observamos que os mais citados foram os questionários, as entrevistas semiestruturadas e a observação. Os professores e os alunos também serão meus sujeitos da pesquisa, bem como utilizarei como instrumento a entrevista narrativa.

Portanto, podemos observar que o levantamento realizado nos bancos de dados de dissertações e teses nos oferece uma visão do que está sendo pesquisado, quais as abordagens e quais os conhecimentos estão sendo produzidos na temática em que pretendemos abordar em nossa pesquisa de mestrado.

Em termos práticos, identificou-se desafios significativos na incorporação de abordagens críticas e culturalmente sensíveis na Educação Sexual e Ensino de Ciências, isso inclui resistência à mudança. No entanto, esses desafios não devem ser impedimentos, mas oportunidades de aprimorar a inserção da Educação Sexual no contexto escolar e torná-la mais inclusiva e igualitária.

À medida que concluímos este levantamento, reconhecemos que a Educação Sexual é uma área em constante evolução, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais. Portanto, a pesquisa e o diálogo contínuos sobre o assunto são essenciais para contribuir com a promoção de políticas educacionais para o tema. Espera-se que

nossas descobertas possam contribuir para a promoção de uma Educação Sexual mais informada, inclusiva e igualitária, que respeite as diversas identidades de gênero e culturais, e que seja uma força transformadora em direção a uma sociedade mais justa.

SEÇÃO III – A EDUCAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTAIS LEGAIS

O presente tópico faz uma discussão das políticas educacionais do século XXI, voltada a temática de Educação Sexual, fazendo uma análise nos documentos oficiais da Constituição de (1998), a ECA (1990), os PCNs (1997) a LDB (1996) o PNEs (2001-2010) e (2014-2024) e BNCC (2017). Nas análises feitas no estudo, procurou-se identificar como os documentos acima citados contribuem para a legitimidade e a estruturação da educação sexual no Brasil. O estudo se faz referência em Lima Netto (2016), que em seu trabalho elaborou quadros com sínteses dos princípios e diretrizes que fundamentam, direta ou indiretamente, a educação sexual. Com base nos quadros preparados pelo autor, o estudo busca fazer uma análise sobre todos esses documentos legais.

3.1 O contexto da Educação Sexual na Constituição Federal

A análise dos documentos oficiais relacionados à sexualidade e à educação sexual, se inicia pela lei maior que rege o país, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Em diálogo com o trabalho de Lima Netto (2016), analisou-se as questões e elementos estruturais da Constituição Federal de (1988) fazem menção, ainda que indireta, à educação sexual, uma vez que fornecem aspectos e princípios que a devem orientar.

Sendo assim, as contribuições para o presente objeto de estudo se apresentam conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Análise da Educação Sexual na Constituição Federal de (1988).

Artigo	Regência do Artigo	Artigo na íntegra	Diretrizes Delimitadas e Abordagem Legal
1º	Dos Princípios Fundamentais	A República do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I- a soberania; II- a cidadania; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- o pluralismo. <i>Parágrafo único.</i> Todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição.	- Dispõe que a nação brasileira representa uma forma de governo com linhas gerais democráticas; - Possibilita ao cidadão: soberania; cidadania; dignidade e liberdade social; - Discorre que o poder deve vir do povo, por meio da Constituição.

205º	Da Educação, da Cultura e do Desporto	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	- Estabelece a possibilidade de educação para todos, para o desenvolvimento, a cidadania e a qualificação para o trabalho; - Atribui tal responsabilidade ao Estado e à família, contudo a sociedade tem participação nesse processo.
226º	Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado (EC nº 66/2010). §3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. §5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. §7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal , competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.	- Delibera que a família representa a base para a formação da sociedade e que tem a proteção do Estado; - Diz que o casamento representa a união entre homem e mulher; - Estabelece a igualdade de gêneros, discorrendo que homem e mulher possuem o mesmo direito conjugal; - Apresenta que qualquer pessoa tem a liberdade de procriação, e o Estado deve possibilitar ao seu povo meios educativos e científicos para atender aos anseios e desejos de reprodução.
227º	Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem , com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania; ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (EC nº 65/2010). §4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente . §8º A lei estabelecerá: I- o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens ; II- o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para na execução de políticas públicas.	- Por ordem crescente responsabiliza família, sociedade e Estado em assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem todos os direitos de existência e de itens primários como educação e perspectivas relacionais como respeito; - Atribui pena severa para aqueles que cometerem abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes; - Prevê criação de um estatuto para regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes; - Estabelece um plano nacional de juventude, decenal (dez anos), focado principalmente na otimização de políticas públicas.

229º	Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.	- Compete aos pais toda e qualquer responsabilidade de gerir seus filhos; contudo, compete aos filhos maiores atender seus pais e se responsabilizar por eles quando se fizer necessário.
------	---	--	---

Fonte: Lima Netto (2016, p. 58-59, grifos do autor).

Os artigos selecionados no estudo, mesmo que de forma indireta, estão relacionados à educação sexual. O Art. 205 relata a ideia de que é responsabilidade do estado quanto da família oferecer uma educação que promova o desenvolvimento integral da pessoa e o exercício da cidadania. Conforme mencionado no artigo acima citado, observa-se que ao estabelecer o desenvolvimento para a cidadania estabelece a relação em sintonia entre a educação da nação – no texto constitucional no sentido *lato sensu* – e os Princípios Fundamentais, em especial o inciso II do Art. 1º da CF/1988, que versa sobre a cidadania (Brasil, 1988).

As análises feitas no Art. 229, percebeu-se que a Constituição Federal em alguns aspectos chega a ser confuso, pois no texto faz menção que é dever, tanto dos pais aos filhos menores; quanto dos filhos maiores aos pais, em situações que demandem cuidados, como velhice, carência e enfermidade. Logo, o conceito de “menores e de maiores” é confuso devido, os maiores seriam como referência de idade ou de altura?

Ao analisar o Art. 226 em seu texto observou-se, que a união estável é somente entre homens e mulheres, em seu documento o artigo menciona o uso das palavras liberdade e igualdade, tornando assim uma perspectiva contraditória, pois liberdade e igualdade estão sendo designadas apenas a uniões heteroafetivas, excluindo-se representações de uniões homoafetivos. As contradições citadas, nos refere ao inciso IV do seu Art. 3º que relata sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988).

O Art. 227 pode ser considerado um dos mais importantes da Constituição Federal, pois traz muitas possibilidades de reflexão. No estudo de Lima Netto (2016) o autor destaca que, por exemplo, este artigo deu base para a criação do ECA.

No Art. 227 observa-se que em seu texto é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, com garantia dos direitos pautados na Constituição e nas leis. A referência inicial à família demonstra a categoria primordial, natural e básica de atenção, cabendo ao Estado garantir condições mínimas para que a família exerça sua função e ao mesmo tempo, para que não recaia sobre ela toda a responsabilidade.

Sendo assim, é primordial que haja um comprometimento entre a família, a sociedade e o estado, no cumprimento dos direitos, no acesso, permanência e qualidade da educação de forma objetiva, sem anular de nenhum direito de acesso ao conhecimento. Contudo, é fundamental que as famílias tenham acesso a esses conhecimentos, e que os mesmos não sejam anulados principalmente no que desrespeito a educação sexual e igualdade de gênero.

3.2 Estatuto da Criança e do Adolescente-Lei 8.069/1990

O ECA – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1993 – é o um documento legal que regulamenta, consolida e amplia os direitos assegurados no Art. 227 da Constituição. E tem por objetivo principal a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, por meio da “proteção integral infantil e a juventude”, consta em seu Art. 1º (Brasil, 1993).

Quadro 2 - Análise da Educação Sexual no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)

Lei	Artigo	Regência do Artigo	Artigo na Íntegra	Diretrizes delimitadas e Abordagem Legal
Lei 8.069/1990	7º	Do Direito à Vida e à Saúde	A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.	- São direitos da criança e ao adolescente políticas sociais públicas de proteção à vida e saúde, para possibilitar nascimento e desenvolvimento adequados e em condições humanas básicas.
Lei 8.069/1990	15	Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição e nas leis.	- Possibilitará criança e ao adolescente liberdade e dignidade como a qualquer outra pessoa, respeitando seu desenvolvimento.

Lei 8.069/1990	86	Da Política de Atendimento	A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	- Competem à União, Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por meio de ações governamentais e não governamentais, o desenvolvimento de políticas de atendimento ao direito das crianças e dos adolescentes.
Lei 8.069/1990	87	Da Política de Atendimento	São linhas de ação da política de atendimento: I- políticas sociais básicas; II- políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitam; III serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.	- Políticas de atendimento as crianças e aos adolescentes devem ter ações sociais básicas, possibilitar programas de assistência social, além de serviços de prevenção e atendimento médico e psicossocial. Tais ações devem atender, principalmente, vítimas de: negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
Lei 8.069/1990	150	Dos Serviços Auxiliares	Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe Inter profissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e Juventude.	-É de responsabilidade do Poder Judiciário gerir as questões orçamentais destinadas à Justiça da Infância e Juventude, com foco na manutenção de equipes Inter profissionais.
Lei 8.069/1990	151	Dos Serviços Auxiliares	Compete à equipe Inter profissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecerem subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.	- Cabe às equipes Inter profissionais desenvolver e elaborar subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e assim desenvolver ações de orientação, aconselhamento, encaminhamento e prevenção. -Tais ações devem ter liberdade para manifestações técnicas/profissionais.
Lei 8.069/1990	240	Dos Crimes em Espécie	Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: Pena: reclusão, de quatro a oito anos, e multa.	- Representa crime qualquer ação que se explore a imagem da criança ou adolescente no que diz respeito a questões sexuais. Cabe pena de reclusão de quatro a oito anos e multa.

Lei 8.069/1990	241	Dos Crimes em Espécie	Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: Pena: reclusão, de quatro a oito anos, e multa.	- Representa crime comercializar a imagem da criança ou adolescente no que diz respeito a questões sexuais. Cabe pena de reclusão de quatro a oito anos e multa.
-------------------	-----	--------------------------	--	--

Fonte: Lima Netto (2016, p. 61-63).

Diante das análises feitas no documento do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Percebeu-se, que as questões relacionadas à sexualidade não aparecem de forma clara, o documento requer uma leitura detalhada para buscar as informações necessárias em seus textos. Sendo assim, percebe-se, um ocultamento nas informações desse documento oficial, principalmente referente às discussões relacionadas à educação sexual, sexualidade e gênero, contribuindo para que os professores/as não recebam informações necessárias e nem formações específicas relacionadas às temáticas.

3.3 A Educação Sexual na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regulamenta direitos constituídos na Constituição Federal de 1988, vinculado a educação escolar ao mundo do trabalho e a prática social. A formulação da lei seguiu longas trajetórias de participação e conflitos por uma educação pública, democrática e de qualidade, sua aprovação foi em dezembro de 1996 após oito anos de tramitação no Congresso Nacional, devido a intervenção do Governo Federal. Sua primeira versão foi no ano de 1971, mas anos depois surgiria uma nova versão que entrou em vigor até a promulgação da LDB/1996, sendo a atual versão. Devido a uma relação familiar entre a LDB/1996 e os PCNS, nesses e no capítulo a seguir, ao analisarmos o documento se faz necessário mencionar o outro devido a relação que existe entre os mesmos.

O presente quadro é uma síntese de Lima Netto (2016).

Quadro 3 - Análise da Educação Sexual na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996).

Lei 9.394/1996	1º	Da Educação	A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.	- A educação representa as questões de formação desenvolvidas pela família e em todos os locais e ambientes em que o ser humano esteja inserido e estabelecendo relações; - A educação escolar deve acontecer em instituições adequadas para tal, por meio do ensino; - A educação escolar deve focar o mundo do trabalho e suas relações sociais.
Lei 9.394/1996	2º	Dos Princípios e Fins da Educação Nacional	A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.	- A educação tem como objetivo desenvolver o sujeito como cidadão e, conseqüentemente, qualificá-lo para o trabalho, respeitando-se o caráter solidário. - Compete à família e ao Estado realizá-la.

Fonte: Lima Netto (2016, p. 62-63).

Sendo assim, a LDB/1996 define todos os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abrangendo todas as suas esferas e setores. Logo, a LDB/1996 (BRASIL,1996) foi criada por exigência da Constituição de 1988. Essa lei regulamenta os direitos básicos à educação no Brasil, potencializa e determina a criação de documentos específicos, assim como trata dos órgãos que atuam, fiscalizam e pesquisam no âmbito educacional.

De acordo, com a análise do documento, os únicos artigos da LDB que tem alguma relação com a Educação Sexual e que de forma indireta são o 1º e o 2º, pois, os mesmos abordam questões gerais da educação, dando ênfase em seus direitos e princípios norteadores. Os artigos citados relatam que a educação é dever da família e do Estado, estabelecendo uma relação entre educação e trabalho.

No ano de 1997, o ministério da educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais, que em seu documento estava inserido os temas transversais, que tem como proposta “Orientação Sexual” no documento há uma exigência da inclusão do

tema da sexualidade e gênero nos currículos, logo no documento proposto não há uma obrigatoriedade de inclusão.

Com a aprovação da LDB/1996, os PCNs não se tornaram uma diretriz obrigatória, pois, já estava imposta no documento da LDB/1996 essa não obrigatoriedade. Contudo, a LDB que se inspira nos princípios da liberdade e sua finalidade é o pleno desenvolvimento do educando, contraditoriamente há uma controversa nas informações, já que o documento não exigiria uma obrigatoriedade com relação a Educação Sexual, logo, isso acabaria não promovendo o pleno desenvolvimento. Portanto, a LDB no que lhe compete sobre a Educação Sexual em sua documentação, possibilitou a elaboração dos parâmetros somente de Orientação Sexual.

Em seu documento legal, no que desrespeita a questão de “Orientação Sexual” dos PCNs, o gênero teve um olhar bastante significativo e importante. No intuito de combater relações autoritárias, questionar o rigor do comportamento imposto para homens e mulheres e assinalar para sua transformação, impulsionando, nas relações escolares, a heterogeneidade de comportamento de homens e mulheres, a relatividade das concepções tradicionalmente integradas ao masculino e ao feminino, o “respeito pelo outro sexo” e pelas “variáveis expressões do feminino e do masculino” (Brasil, 1997, v. 10, p. 144-146).

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação-PNE, em 2001, Lei 10.172 (BRASIL, 2001), não ampliou o debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. A referência ao gênero surgiu apenas em algumas análises e na forma diagnóstica sobre alguns níveis de ensino (Vianna; Unbehaun, 2006; Vianna, 2011).

Conforme, o Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024 (PNE 2014-2024) relata a necessidade de: “Construção de uma nova ética [...] de modo a incluir, efetivamente os grupos historicamente excluídos: entre outros, negros, quilombolas, pessoas com deficiências, povos indígenas, trabalhadores do campo, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)” (Brasil, 2011, p. 56).

Pensando em uma educação igualitária para todos/as, três conceitos fundamentam a décima diretriz do PNE 2014-2024, quais sejam, a “difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação” (Brasil, 2011).

Portanto, documento acima citado, busca contribuir para a concretização das políticas públicas e na sua inclusão no Projeto Político-Pedagógico das escolas, promovendo a autonomia, a qualidade social, a gestão democrática e participativa e a discussão da diversidade cultural, étnico-racial e de gênero. No tópico seguinte, iremos fazer uma análise dos PCNs e suas concepções para a educação sexual.

3.4 A Educação Sexual na concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, são diretrizes elaboradas para orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina. Os PCNs servem como norteadores para os professores/as coordenadores/as e diretores/as, que podem adaptá-los às peculiaridades locais.

A proposta do surgimento do mesmo, de acordo com Cunha (1995, p. 53-54), a Proposta de Governo do candidato Fernando Henrique Cardoso, em 1994, já previa “a manutenção centralizada do controle da qualidade do ensino, implicando um currículo nacional e um sistema nacional de aferição de aprendizagem”, tal como vinha acontecendo na Inglaterra de Margareth Thatcher. Isso não exclui o fato de que a formulação de parâmetros curriculares nacionais tenha tido outras “fontes de inspiração”, o que já teria motivado a presença dessa ideia na própria plataforma do candidato.

Com base nas reformas educacionais europeias, os PCNs (1997) o documento propôs abordagens e estratégias para a discussão da educação sexual, devido às considerações das novas realidades socioculturais da sociedade.

De acordo, com Oliveira e Sousa (1996) relacionam a iniciativa de criação dos PCNs ao compromisso assumido pelo governo brasileiro quando de sua participação na I Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Dessa Conferência e da Declaração de Nova Delhi resultaram “posições consensuais de luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos tornando universal a educação fundamental”, o que é expresso no documento introdutório dos PCNs (1997, p. 3). Sendo assim, a criação dos PCNs não era voltada para as necessidades educacionais do país, e sim eram

voltadas a planos de governos em enquadrar a educação nacional, onde todos tivessem uma educação igualitária, mas que ao mesmo tempo era controlado por aqueles que se encontravam no controle do estado e da política.

Segundo Oliveira e Sousa (1996), tanto os PCNs quanto o Sistema Nacional de Avaliação aparecem dentro dessa perspectiva, como ferramentas de controle e possibilidade de um projeto de gestão de sistema de ensino que, ao contrário do que se propaga, não representa os anseios dos setores populares. Representa, sim, a subordinação da política educacional brasileira às exigências externas (Oliveira; Sousa, 1996, p. 150-151).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação, foram elaborados com objetivos de estabelecer metas educacionais para as quais deveriam convergir as ações políticas do MEC. Sua primeira versão foi produzida por equipe instituída pelo próprio MEC, constituindo-se em referência nacional para a estrutura curricular dos ensinos fundamental e médio de todo o sistema educacional do país. Já na segunda versão houve uma demora maior, devido às longas discussões e processo de tramitação no Congresso Nacional.

Em seu documento os PCNs têm como proposta trabalhar os temas transversais com diversas temáticas e áreas do cotidiano escolar e da sociedade, como: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual. Logo, no cotidiano escolar cabe ao docente articular os temas aos conteúdos desenvolvidos nas diversas disciplinas.

Em suas orientações pedagógicas os PCNs listam atividades para dar efetividade em seu propósito, em seu documento os PCNs dedicam um capítulo à essas orientações, orientações essas voltadas para educação sexual na escola, com intuito de informar, problematizar e debater os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade. De acordo, com Soares (2014, p. 10) estrutura da seguinte forma:

- a) Linguagem: A abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser clara, para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes. Com relação à linguagem a ser utilizada para designar partes do corpo, o mais indicado é acolher a linguagem utilizada pelas crianças e apresentar as denominações correspondente adotadas pela ciência;
- b) A construção e reconstrução de informações: Será por meio do diálogo e da reflexão, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, para que dessa maneira o aluno consiga transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores;

c) Posicionamento do professor: Na relação professor-aluno o professor ocupa lugar de maior poder, constituindo-se em referência muito importante para o aluno, com isso faz-se necessário um maior distanciamento das opiniões e aspectos pessoais dos professores para empreender essa tarefa. Pois a emissão da opinião pessoal do professor na sala de aula pode ocupar o espaço dos questionamentos,

d) Material Didático: O educador pode utilizar diferentes materiais (didáticos, científicos, artísticos, etc.), analisando e comparando a abordagem dada ao corpo pela ciência e pela propaganda, por exemplo; discutindo e questionando o uso de um certo padrão estético veiculado pela mídia. Pode também incentivar a produção (coletiva e individual) das representações que as crianças têm sobre o corpo, por meio de desenhos, colagens, modelagem, dentre outros;

e) Conteúdos: O educador deve estar atento para a necessidade de repetir o mesmo conteúdo já abordado. As crianças vivem suas curiosidades e interesses na área da sexualidade em momentos próprios e diferentes umas das outras, ocorrendo muitas vezes estudo e a discussão de um tema com pouca apropriação desse conhecimento para algumas. A retomada é importante e deve ser feita sempre que as questões trazidas pelos alunos apontarem sua pertinência;

f) Alguns temas a serem trabalhados: as transformações do corpo do homem e da mulher nas diferentes fases da vida, dentro de uma perspectiva de corpo integrado, envolvendo emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado; os mecanismos de concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos; as mudanças decorrentes da puberdade; o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro; o respeito aos colegas que apresentam desenvolvimento físico e emocional diferentes; o fortalecimento da autoestima e a tranquilidade na relação com a sexualidade. (Soares, 2014, p. 10).

Diante das orientações pedagógicas proposto no documento, é possível observar que a Orientação Sexual no meio escolar é bastante visível, pois traz em seu texto valores humanos e direitos humanos que devem ser trabalhados na escola, como o respeito por si e pelo outro, por outro lado busca garantir direitos básicos a todos, como saúde, informação e o conhecimentos, subsídios essenciais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de sua capacidade (Brasil,1997).

Logo, após vinte anos da publicação dos PCNs (Brasil, 1997), que contemplam os temas transversais relacionados à temática sexualidade na escola (chamada de orientação sexual), pode-se afirmar que essa proposta não se efetivou, por razões diversas, dentre as quais destacam-se o desconhecimento e o despreparo em relação ao tema e à abordagem transversal.

O documento sofreu várias críticas, mas a principal foi correlação (Brasil, PCN, 1ª a 4ª série, 1997; BRASIL, PCN, 5ª a 8ª série, 1997), no entanto, refere-se ao seu caráter centralizador que impediria sua implantação em um território político e geográfico com as particularidades do Brasil. As escolas brasileiras estão sujeitas à heterogeneidade local, regional, além da diversidade étnica e cultural, e os PCNs

enfrentam o desafio de criar uma unidade nacional sem comprometer a diversidade nem impor uma homogeneidade metodológica (Cury, 1996).

Apesar das críticas sofridas, os PCNs também tiveram seus pontos positivos, ao introduzirem em seu documento as perspectivas de gênero como uma importante construção da identidade de crianças e de jovens de nossa sociedade, as relações de gênero se apresentam como essencial em qualquer proposta de organização curricular.

Contudo, apesar dos PCNs ser uma ferramenta de fundamental importância tanto para a formação do professor quanto para sua atuação em sala de aula, estudos comprovam que poucas escolas põem em prática, entre os motivos está a pouca apropriação pelas escolas e o distanciamento entre a orientação proposta e o contexto escolar existente.

No tópico seguinte, faremos uma discussão sobre as perspectivas dos documentos do Plano Nacional de Educação-PNE (2001-2010) e (2014-2024) e Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Brasil, 2017) referente à temática de Educação Sexual.

3.5 Educação Sexual nas perspectivas do Plano Nacional de Educação e Base Nacional Comum Curricular

No ano de 2001, no âmbito educacional torna-se em pauta relevantes discussões de um importante documento. O Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), documento que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional que se consolidou até o ano de 2010. Em seu documento o PNE tinha como objetivos e metas para os cursos de formação de professores/as, a inclusão em suas diretrizes curriculares estudos referentes a temas transversais, com abordagens de gêneros, educação sexual, ética, saúde e entre outros. Mas, o referido documento não foi colocado em prática e seus objetivos e metas não foram atentados.

No ano de 2009 ocorreram as conferências municipais e estaduais de educação, que tinha como proposta a construção de um novo PNE, previsto para 2011-2020. Em 2010 aconteceram as conferências nacionais de educação, que a partir daí foi elaborado o PNE. Diante de seu documento observou-se, que os temas relacionados sobre a sexualidade foram contemplados no Eixo II, denominado: Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos com as proposições e estratégias de que promovam a igualdade racial, de gênero, por

orientação sexual e identidade de gênero, os direitos reprodutivos, de prevenção a abusos e exploração sexual segundo o CONAE (Brasil, 2014).

Sobre os direitos a diversidade e a necessidades de superação das desigualdades sociais e de gênero por meios das ações afirmativas: Às questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes e da justiça social se colocam para todas as instituições de educação básica e superior, independentemente da sua natureza e do seu caráter de acordo com o CONAE (Brasil, 2014).

Com relação a gênero e diversidade sexual, em seu documento final a CONAE (2010) relata que:

Inserir os estudos de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e educação sexual, como disciplina obrigatória, no currículo da formação inicial e continuada, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas licenciaturas e bacharelado, na pós-graduação, no ensino fundamental e médio, em todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, transdisciplinar e transversal, articulando-os à promoção dos direitos humanos – meta do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (CONAE, 2010, p. 143-146).

No entanto, o atual PNE 2014-2024, voltado para as questões de gênero e sexualidade, em seu documento o que nos chama atenção, é que a temática não é citada em suas referências, se limitando a um objetivo superficial de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (Brasil, 2014). Pino (2017), destaca que a lei nº 13.005/14 que aprovou o PNE suprimiu qualquer menção a termos como gênero, orientação sexual e diversidade sexual deixando a mercê essas questões dentro da educação.

De acordo com Groff et al. (2015), a retirada destes conteúdos, configurou-se como um retrocesso no setor educacional. Evidenciando, segundo as autoras, a força de um movimento fundamentalista no Brasil representado por deputados da chamada “bancada evangélica” e por deputados católicos conservadores que negam as múltiplas possibilidades de expressão da sexualidade e a perspectiva de uma educação inclusiva pautada nos direitos humanos.

Em relação a BNCC (Brasil, 2017), o documento teve sua primeira versão em setembro de 2015, com propostas voltadas à sexualidade. Nessa versão os temas relacionados à sexualidade estiveram previstos somente em dois momentos, em particular somente no componente curricular de ciências, especificamente na unidade

de conhecimento Vida: “Constituição e Reprodução, proposto para o nono ano do ensino fundamental com os componentes e o funcionamento do aparelho genital masculino e feminino e a proposta de compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade” (Brasil, 2015, p.182).

Em 2016 foi apresentado pelo MEC a sua segunda versão, que em seu documento temas relacionados a sexualidade na educação infantil foi encontrado o seguinte texto:

O corpo expressa e carrega consigo não somente características e físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade” (Brasil, 2016, p. 69).

Logo, fiz as análises do documento referente aos objetivos de aprendizagens voltados para os anos iniciais do ensino fundamental. Observou-se que a unidade referente às formas de vida, é uma proposta totalmente biológica, como se observa no texto seguinte: “Perceber que diferenças anatômicas entre os animais, incluindo os seres humanos, estão relacionadas a diferentes formas de realizar funções como a respiração, a alimentação, a excreção e a reprodução” (Brasil, 2016, p. 292.).

Nos anos finais do ensino fundamental, o tema sobre sexualidade foi inserido nos objetivos de aprendizagens no componente curricular de ciências do oitavo ano e tinha a seguinte proposta: “Relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade” (Brasil, 2016, p. 447).

Em 2017 a versão final da BNCC é promulgada pelo Conselho Nacional de Educação, configurando-se, segundo Cury et al. (2018), como um documento normativo que visa amenizar a desigualdade no sistema educacional brasileiro, indicando um conjunto de aprendizagens primordiais no desenvolvimento do educando no decorrer da Educação Básica. Sobre um currículo comum a todos, Santos et al. (2018), destacam que é discutível, pois deve-se considerar a diversidade cultural que o Brasil apresenta através das suas regiões geográficas e das desigualdades sociais.

Em sua versão final a BNCC sintetizou a temática de sexualidade somente para o componente curricular de ciências do oitavo ano, com propostas de doenças sexualmente transmissíveis e reprodução. Em relação a essas propostas, Cardoso et

al. (2016), destacam que ao abordar a orientação sexual apenas com o foco preventivo de doenças, a educação sexual não serve a seu maior papel. No entanto, Modesto (2018), entende que independente do que prega a BNCC é imprescindível que os documentos escolares contemplem essas questões, devido a sua relevância e urgência no contexto escolar.

Apesar das diversas discussões voltadas à implantação da educação sexual no contexto escolar, segundo estudo realizado por Vianna (2012), pesquisas científicas acerca da temática sexualidade nos documentos das políticas públicas de educação ainda não são tão expressivas, ficando as discussões e avanços prejudicados. Dessa forma, observa-se que a referida temática precisa ser incluída nos currículos escolares, pois os discentes precisam ter conhecimentos suficientes sobre as formas de prevenção, gravidez precoce, e o respeito com o seu próprio corpo e com o restante da comunidade escolar.

Portanto, ao longo da história a educação sexual e suas políticas educacionais, ocorreram diversos avanços e retrocessos, podemos observar que dentre os documentos educacionais analisados, a sexualidade perdeu seu caráter educativo, no sentido mais amplo, ficando restrito somente às questões biológicas.

Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender como os professores e professoras compreendem as questões voltadas para o contexto da educação sexual, e como as práticas docentes são realizadas na sala de aula, envolvendo as questões sobre educação sexual. Essa abordagem será analisada na próxima seção deste trabalho.

3.6 A Educação Sexual a partir do Referencial Curricular Amazonense (RCA)

Em 31 de janeiro de 2020, o documento intitulado Referencial Curricular Amazonense (RCA) (Amazonas, 2020), apresenta a linha de ensino do Estado do Amazonas e de seus 62 municípios e afirma que “a estrutura deste Referencial orienta-se a partir da BNCC, que defende o desenvolvimento dos estudantes por meio de competências e habilidades, pautadas em uma formação contínua, articulada entre os conhecimentos teóricos e os vivenciados no dia a dia” (Amazonas, 2020, p. 19).

Tendo em vistas a um ensino e aprendizagem que são úteis, universalizantes, contextualizados, relevantes e democráticos, o documento apresenta os princípios teóricos, metodológicos e políticos do currículo oficial da SEDUC/AM, como se estabelece ao final do texto de apresentação do documento “espera-se que a

educação no Estado do Amazonas possa promover a universalização de conhecimentos e permitir aos estudantes uma competitividade justa e igualitária pelos seus ideais, segundo regem a Lei Magna do país e a Lei de Diretrizes da Educação Básica Nacional” (Amazonas, 2020, p. 22).

Diante disso, para a construção do RCA (Amazonas, 2020), seguiu o cronograma de implementação da BNCC (Brasil, 2017), onde os entes federados, “nos primeiros meses de 2018”, em Regime de Colaboração para construção dos currículos “estabelece relações cooperativas”, sem que haja hierarquia ou competição, onde as 120 Secretarias Estaduais e Municipais de Educação deveriam construir Currículos “no sentido de construir uma educação que atenda aos interesses da sociedade atual” (Amazonas, 2020, p. 15).

A legislação que fundamenta a construção do RCA (Amazonas, 2020), consiste: na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo nº 210; a Lei nº 9.394/1996; a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Novo Ensino Médio; e a Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2017), que homologa a BNCC, o qual já estudamos na seção anterior.

Os responsáveis e autores pela elaboração do RCA (Amazonas, 2020) são vários como: o Presidente Jair Messias Bolsonaro, Capitão da reserva do Exército, (2018) e o Ministro da Educação à época, Abraham Weintraub, economista; enquanto Governador do Estado temos Wilson Lima, jornalista, e o como Secretários de Estado de Educação, à época da elaboração, Vicente Nogueira, Professor; e à época da implementação, Luís Fabian Pereira Barbosa, advogado. No total foram 312 colaboradores diretos no processo de construção do RCA.

Os participantes como autores membros das entidades foram: CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação e da UNDIME – União do Dirigentes Municipais de Ensino do Amazonas, que, através do Termo de Parceria Técnica, em 01 de Fevereiro de 2018, e o ProBNCC – Programa de apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular, alinham ações “em torno da construção dos currículos de cada estado e municípios em suas redes de ensino e consequentemente das escolas e privadas”, com formação de equipe de colaboração para esta equipe de construção.

Segundo Bissoli e Momo (2020) em seus estudos, relatam dados importantes sobre a equipe de construção:

Visando à implementação da BNCC nos estados brasileiros, mais especificamente, neste texto, em relação às etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Portaria do Ministério da Educação n. 331, de 05 de abril de 2018, instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC – definindo os perfis e critérios de seleção para compor cada equipe responsável tanto pela formação continuada quanto pela elaboração de proposta curricular. As equipes deveriam, conforme o documento, ser compostas por 31 professores em cada estado e por 30 professores no Distrito Federal (Brasil, 2018).

Nesse sentido, para o Estado do Amazonas os integrantes da comissão foram:

No Amazonas, em congruência com a mesma portaria, foi organizada a Comissão Pró-BNCC, encabeçada por dois Coordenadores Estaduais do Currículo: o presidente do Conselho Estadual de Educação, o Secretário Estadual de Educação do Estado do Amazonas, e o Presidente da UNDIME. Além dos coordenadores estaduais, a comissão ainda foi integrada por uma Articuladora do Regime de Colaboração, cujas funções, sinteticamente, seriam promover a articulação entre a rede pública estadual e municipal na disseminação de novos currículos da Educação Infantil e Ensino Fundamental; estabelecer a articulação entre os municípios e equipes regionais de formação e planejar, monitorar e desenvolver processos de formação continuada para os profissionais de educação visando à implementação dos novos currículos. A comissão também contou com um Analista de Gestão, com formação na área de Direito (Amazonas, 2020, p. 77-78).

Além dos representantes das secretarias também foram convidados os professores dos vários segmentos de ensino.

Além desses membros, a Comissão possuía também três Coordenadores de Etapa: um para a Educação Infantil, um para o Ensino Fundamental Anos Iniciais e um terceiro para o Ensino Fundamental Anos Finais. Os Coordenadores de Etapa tiveram como atribuições o planejamento, a coordenação e a realização da formação de formadores (multiplicadores) para os profissionais das redes estadual e municipal, compondo equipes de implementação dos novos currículos, além de apoiar e orientar as redes em relação à (re)elaboração dos Projetos Pedagógicos nas escolas. Um conjunto de vinte e dois redatores formadores foi selecionado também para, em colaboração com os Coordenadores Estaduais e de Etapa, planejar a formação de formadores (os chamados multiplicadores), gestores, coordenadores pedagógicos, professores e técnicos. No Amazonas, os redatores ficaram responsáveis pela sistematização de dois documentos: o Referencial Curricular Amazonense: Educação Infantil e o Referencial Curricular Amazonense: Ensino Fundamental Anos Iniciais (Amazonas, 2020, p. 79-80).

Durante a criação do documento oficial do RCA, os redatores e membros que produziram o documento foram organizados por modalidade de ensino, Ensino Infantil e Ensino Fundamental. Vale ressaltar, que no documento, não há nenhum indicativo explícito sobre a participação dos Professores e das Professoras das salas de aula, atuantes no dia a dia ou de Professores e Professoras das redes municipais de ensino,

tendo em sua maioria membros da Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED/Manaus, da UNDIME e do CONSED.

Em 05 de abril de 2018, o Ministério da Educação Portaria nº 331 que instituiu o ProBNCC, determinou a constituição de uma comissão para o processo de implementação da BNCC no Amazonas. Esta portaria foi alterada pela Portaria MEC nº 1.371, de 16 de julho de 2019, o qual alterou os dispositivos legais ao estabelecer cargo de coordenação, redatores e articuladores.

Na construção do documento do RCA, apesar de haver uma grande participação dos articuladores da UNDIME e CONSED dos municípios do interior do Amazonas, o que chamou atenção na criação do documento, é o baixo percentual da participação dos professores e professoras destes mesmos municípios, correspondendo um total de 0,32%. No entanto, pode-se observar que durante a construção do RCA, o documento é contraditório com relação à construção do currículo, pois em sua “Apresentação” é descrito que a diversidade do Estado seria a base de sua criação.

De acordo com os propósitos educacionais instituído a partir da legislação vigente, o RCA estabelece que:

[...] a escola é um espaço que assegura o direito à educação de todos, sem distinção, e, portanto, tem o dever de oferecer uma educação de qualidade com base em um currículo que atenda a diversidade do Estado, os anseios das crianças, dos adolescentes, dos jovens que almejam a promoção da aprendizagem na perspectiva de busca pelo conhecimento necessário para o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional (Amazonas, 2020, p. 16).

Em relação aos documentos do RCA e BNCC, sobre as temáticas voltadas a Educação Sexual e Sexualidade, observou-se que em ambos os documentos a estrutura curricular são as mesmas, o que fortalece, a assertiva de que a Educação apresenta-se como instrumento de reprodução de conteúdo pré-determinados para a classe trabalhadora e pobre, que corresponde à maioria dos educandos e educandas que frequentam a educação básica na rede estadual e municipal de ensino do Amazonas. Tais determinações, infelizmente, enfraquecem o papel da Educação sexual e sexualidade na Educação Básica, pois os conteúdos voltados às temáticas, ficaram restritos somente ao componente curricular de ciências do 8º ano, como mostra o quadro 4.

Quadro 4 - A Estrutura do RCA (Amazonas, 2020), Componente Curricular de Ciências do 8º Ano.

UNIDADES TEMÁTICAS	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
Ser humano, Saúde e Sociedade	(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).	Mecanismos reprodutivos: Fecundação, gestação e parto; - Diversidade de métodos contraceptivos; - Consequências da gravidez na adolescência; - Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST; - Métodos contraceptivos que impedem a disseminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST; - Incidência de casos diagnosticados de portadores de HIV/AIDS no Amazonas; - Incidência de casos de HPV no Amazonas.
Ser humano, Saúde e Sociedade	(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas IST (com ênfase na AIDS) e discutir estratégias e métodos de prevenção. (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).	Sexualidade: - Respeito à diversidade na sexualidade (gênero, identidade e orientação), modo de vida e aspecto físico; - Inteligência emocional no combate a toda forma de violência no ambiente escolar.

Fonte: Adaptado de (Amazonas, 2020).

Diante do exposto no quadro acima, ao analisarmos a estrutura do RCA do 8º ano do ensino fundamental anos finais, percebeu-se que as abordagens que envolvem a Sexualidade centram-se na dimensão biológica, pois o documento se limita somente a área de ciências, enfatizando o estudo e conhecimentos da reprodução e da importância com os cuidados do corpo e prevenção de doenças, ou seja, “reduziram à ótica biológica e os assuntos ligados a Sexualidade” (Monteiro; Ribeiro, 2020, p. 12).

Segundo os autores Reis e Goularth (2017), em suas afirmações, os mesmos concordam com esse argumento e reconhecem essas questões como político e socialmente importantes para a educação, uma vez que fazem parte da sociedade. Em seus relatos os autores entendem que o gênero:

Além de estar dentro de uma discussão e legitimação científica, enquanto área de estudo, o estudo de gênero na educação básica ainda é alvo de tabu, restringindo-se muitas vezes às abordagens no ensino de biologia, no qual o

enfoque são as desigualdades biológicas entre homens e mulheres, abordadas superficialmente e voltadas para a reprodução humana (Reis; Goularth, 2017, p. 90).

Com relação, às habilidades presente na estrutura do RCA, ao fazermos uma análise de suas propostas que se pretende desenvolver com os estudantes, observou-se que, por mais que a última habilidade cite em seu texto “múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”, ressalta anteriormente os aspectos funcionais do corpo como atuação dos hormônios, métodos contraceptivos e de prevenção a doenças. No entanto, as propostas citadas anteriormente, não deixam de ser importantes, pois os educandos e educandas necessitam saber desses processos de saúde e cuidado com o corpo, mas a crítica em relação a isso, é que, não nos parece haver espaço para de fato desenvolver as dimensões socioculturais, afetivas e éticas da sexualidade, pois não faz referência objetiva às múltiplas identidades, não abordando as identidades de gênero e sexuais.

Contudo, diante dos apontamentos acima citados, Silva, Brancaloni e Oliveira (2019, p. 1547), observaram que:

A décima primeira habilidade apresenta fragilidades que poderão levar ao seu não desenvolvimento ou desenvolvimento falho pelos estudantes. Ao considerarmos o contexto de habilidades que a antecede, verificamos que o documento oficial não subsidia o professor a planejar sua atuação de modo a contemplar as múltiplas dimensões da sexualidade dado que a BNCC enfatiza apenas aspectos biológicos em detrimento de outras dimensões que atravessam a sexualidade humana.

Portanto, ao analisarmos a estrutura do presente documento, observou-se que a proposta do RCA é bastante limitada em relação às questões voltadas a gênero e sexualidade, ficando restrito somente a fatores biológicos, deixando a desejar em vários aspectos, principalmente em suprimir o gênero e orientação sexual dos debates na escola, pois a educação sexual é um tema muito importante e que merece bastante atenção nos espaços escolares e na sociedade.

A importância de se trabalhar a temática nos ambientes escolares, proporciona aos estudantes reflexões ao ponto de tomar consciência e se sensibilizar sobre as desigualdades de gêneros, violências causadas pelo preconceito, e os impactos sociais que exercem na vida em sociedade.

Diante disso, para que possamos entender cada vez mais sobre a sexualidade e educação sexual no ambiente escolar, devemos também compreender os

significados e conceitos sobre Educação Sexual. O tópico seguinte fará uma discussão sobre a temática em questão.

SEÇÃO IV – DAS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Nesta seção estão descritas as percepções e as abordagem didático metodológica dos professores de ciência sobre a educação sexual no contexto escolar e os principais desafios para a abordagem do tema, conforme as narrativas que emergiram das falas dos professores de ciências.

4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa: Professores de Ciências

Os sujeitos da pesquisa, são professores de Ciências do Ensino Fundamental II de uma Escola Municipal de Fonte Boa - AM, foram identificados com simbologia P1, P2, P3, P4.

As narrativas foram colhidas por meio de entrevistas, com data e horário pré-agendados pelos respectivos entrevistados. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), todas as entrevistas foram registradas em um gravador digital e posteriormente transcritas. Ressalto que os entrevistados foram informados que seus nomes seriam preservados e que, ao término da pesquisa, lhes seria dado retorno verbalmente por meio da apresentação e discussão dos resultados da pesquisa na escola.

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram um total de 04 professores de Ciências. Inicialmente, foi verificado o perfil desses professores com objetivo de identificar e obter informação acerca de sua titulação e formação, tempo de serviço e atuação profissional, os dados estão dispostos no quadro 5.

Quadro 5. Caracterização dos Professores

Professores	Formação inicial	Titulação	Tempos de Atuação (Anos)
P1	Bacharel e Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização	10 Anos
P2	Bacharel e Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização	15 Anos
P3	Bacharel e Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização	7 Anos
P4	Ciências: Biologia e Química	Especialização	9 Anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Podemos observar, conforme quadro 5, que os professores participantes possuem formação inicial na área de atuação profissional, dividido em: 3 (três) possuem bacharelado e licenciatura, 01(um) professor/a possui Licenciatura em Ciências: Biologia e Química. A atuação na área de formação contribui para uma melhor abordagem dos conteúdos na sala de aula, e como ensino e aprendizagem.

No que se refere à formação continuada dos professores participantes da pesquisa, observamos que: todos/as os professores/as possuem titulação de especialista. Assim, podemos afirmar que os professores estão em busca de uma formação continuada. Compreendemos que o processo de formação continuada dos professores contribui para que eles possam estar se atualizando sobre os contextos que envolvem o campo educacional, quanto a abordagem didática, paradigmas, entre outros. E assim, para que possam refletir sobre sua atuação docente.

Quanto à experiência na profissão docente: 01 (um) professores possuem 15 anos, 03 (dois) professores possuem de 10 a 07 anos respectivamente. Para tanto, observamos que os professores possuem bastante experiência no exercício da profissão, nesse sentido se constituindo enquanto profissional da educação.

Segundo Tardif:

Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais (Tardif, 2002, p. 36).

Conforme Tardif (2002) “Para os professores, os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem os fundamentos de sua competência” (p. 48). Os saberes docentes englobam conhecimentos, competências, habilidades e atitudes dos professores, ou seja, “aquilo que foi muitas vezes chamado de saber, de saber-fazer e de saber-se” (Tardif, 2002, p. 60).

Sendo assim, o saber docente é um processo permanente de constituição de saberes e do ser professor como um sujeito historicamente e politicamente situado em um contexto social, e assim, podendo melhorar sua leitura de mundo relacionando as relações de poder que se entrelaçam.

4.2 Análise das entrevistas

A partir destes subtópicos faremos a análise das entrevistas dos professores de Ciências, tendo como base uma aproximação da Análise de Conteúdo de Braun e Clarke, (2006). Após a transcrição, foram realizadas sucessivas leituras para melhor

análise das entrevistas. Em seguida, as narrativas foram agrupadas conforme similaridade dos entrevistados dessa forma emergiram as seguintes categorias: I) As percepções dos professores/as de Ciências sobre a Educação Sexual; II) Educação Sexual no ambiente educacional e nas aulas de Ciências; III) Educação Sexual como prática pedagógicas dos professores de Ciências; IV) Educação Sexual nas aulas de Ciências; V) Educação Sexual e formação de professores/as; VI) Educação Sexual e seus desafios no contexto escolar. As quais foram descritas a seguir.

4.2.1 As percepções dos professores/as de Ciências sobre a Educação Sexual

De acordo, com Furlani (2016, p. 24), “a educação sexual baseada na abordagem dos direitos humanos é aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades “excluídas”. Trata-se de um processo educacional que é assumidamente político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual, mais humana.

Nesse sentido, foi perguntado aos professores/as de ciências sobre suas percepções relacionadas a temática da Educação Sexual. Sendo que as respostas dos professores/as destacam, a conscientização, a informação e a prevenção de possíveis situações indesejadas.

P1. Na minha percepção é algo fundamental para ser abordado pois propicia um melhor entendimento sobre o assunto, de o adolescente conhecer melhor o seu corpo, e é uma forma de aprendizagem para saber impor limites e evitar o abuso sexual.

P2. É uma ferramenta de conscientização que pode ajudar a prevenir situações indesejadas, gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis-ISTs, experiências sexuais traumáticas e abuso sexual.

P3. É muito importante para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, pois vão aprender como prevenir sobre gravidez indesejadas, DSTs e diferenciar um abuso de um afeto. E o mais importante preparar esse adolescente para a vida sexual e saudável.

P4. A Educação Sexual é um dos assuntos que vem sendo discutido, principalmente com relação a gravidez e exploração sexual de crianças e adolescentes, tornando-se uma ferramenta importante de prevenção.

Podemos observar que os professores/as de ciências “P2, P3 e P4” possuem em sua narrativa a concepção de Educação Sexual como uma ferramenta de informação e de prevenção a situações indesejadas como: gravidez na adolescência, abuso sexual e infecções sexualmente transmissíveis-ISTs. Contudo, “P1” define Educação Sexual como algo fundamental para os adolescentes conhecer seu corpo, e impor limites a possíveis abusos sexuais.

Nesse sentido, Figueiró (2009, p. 162) relata que:

Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade, no espaço da escola, não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude de educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade.

Ainda, segundo o pensamento da autora:

Educação Sexual é um processo mais complexo e vai além de preparar o indivíduo para que aprenda as informações que lhe possibilitem viver bem a sua sexualidade. Tem a ver, também, com a formação do cidadão como participante da construção de uma vivência mais digna da sexualidade, para todos, sendo capaz de ajudar a superar os preconceitos e os tabus, a combater a violência e a opressão sexual e a transformar os valores e as normas repressoras (Figueiró, 2009, p. 193).

Desse modo, a Educação Sexual tem como objetivo principal a formação dos adolescentes, jovens e indivíduos conscientes dos processos ocorrentes com o próprio corpo, e também das implicações de suas atitudes como cidadão consciente e crítico do processo da sexualidade.

4.2.2 Educação Sexual no Ambiente Educacional e nas aulas de Ciências

Em uma era na qual finalmente se coloca a educação como obrigatoriamente acessível a todos os cidadãos, sendo esse um dever conjunto do poder público e da sociedade (Brasil, 1996), torna-se fácil imaginar o quão diversificado tornou-se esse espaço, em termos de alunado, peculiaridades locais e regionais, gama de profissionais e concepções pedagógicas.

Nesse contexto, de variadas práticas e vivências, a sexualidade está constantemente inserida, afinal, ela faz parte de todo ciclo de vida do indivíduo, sendo impossível ignorá-la ou anulá-la em um ou outro ambiente.

Nesse sentido, Serra (2012, p. 32), relata que:

A sala de aula é um espaço dialético, pois, ao mesmo tempo em que aprender é um processo individual, na escola, ele ocorre na coletividade. Cabe ao professor oferecer momentos de individualidade e momentos de coletividade na construção da aprendizagem.

Sendo assim, foi perguntado para os professores/as de ciências, se durante suas práticas docentes eles/as abordavam o tem de Educação Sexual em suas aulas, e de que forma os mesmos/as realizavam. As respostas dos professores confirmam que todos abordam as temáticas em suas aulas, e de diferentes formas.

P1. Sim, abordo de forma didática, principalmente com os alunos de 8º anos, pois faz parte da grade curricular. Sempre de forma mais respeitosa, sem uso de expressões vulgares ou perjurativas, para que assim o aluno tenha um conhecimento do assunto o mais próximo do científico.

O uso de termos científicos é uma forma de deixar o aluno mais confortável para debater o assunto e expressar seus pensamentos.

P2. Sim, através de aula expositiva, uso do material didático (livro), roda de conversa, apresentação de seminários, material lúdico.

P3. Sim, através de vídeos aulas, mostrando aos alunos como ter uma educação sexual saudável. Mostrando seus pontos positivos e negativos.

P4. Sim, através do diálogo com os estudantes, orientando sempre, principalmente sobre, abuso sexual e gravidez na adolescência.

Após análise das narrativas, observamos que todos os professores discutem as questões de Educação Sexual em suas aulas. Para “P1” as abordagens em suas aulas se faz de forma didática, usando termos científicos na hora da explanação dos conteúdos, para deixar os alunos/as confortáveis e debaterem sobre os assuntos.

Já “P2 e P3”, discutem as questões de Educação Sexual em suas aulas, através de aulas expositivas com: vídeos aulas, apresentação de seminários e material lúdico. Mostrando aos educandos seus pontos positivos e negativos.

Para “P4” as discussões voltadas a Educação Sexual em suas aulas, se realiza somente através do diálogo como os estudantes, essa é uma forma de orientar sobre possíveis gravidez indesejadas e abuso sexual.

De acordo, com Suplicy et al. (2000 *apud* Montardo, 2008, p. 168), as características do professor que fornece uma proposta mais coerente de educação sexual são:

Facilidade para formar vínculos com o grupo; saber conduzir debates e dar aulas; ter uma atitude positiva frente à própria sexualidade; tratar com naturalidade as questões levantadas; criar oportunidades de expressão e ajudar a refletir; questionar os próprios problemas; incentivar a troca de opiniões; conhecer e respeitar os jovens (modo de vida, valores, ideias e anseios); eliminar posturas eventualmente inadequadas, autoritárias e paternalistas; não ditar regras de comportamento nem se colocar como modelo; utilizar jogos e dinâmicas para tornar as aulas mais atraentes e diminuir a inibição.

Para trabalhar sexualidade na escola é preciso naturalizar a nomenclatura científica dos conteúdos que a envolve, principalmente os órgãos genitais masculinos e femininos, principalmente no ensino fundamental. Por isso é importante que o professor crie situações durante suas aulas de modo que os alunos possam escrever e pronunciar, palavras como, pênis e vagina, por exemplo. Ao abordar conteúdo sobre o aparelho reprodutor humano é muito comum, alguns estudantes se sentirem constrangidos ao falar estas palavras.

Como afirma Figueiró (2006, p. 6) esse tipo de estratégia permite mostrar ao aluno que essas palavras são tão naturais e normais quanto às outras do vocabulário. No entanto, também é preciso ter cuidado para que as palavras que normalmente são utilizadas como apelidos ou sinônimos na linguagem popular para as estruturas genitais, não sejam usadas dentro de um contexto pejorativo e vulgar. “Diante da instrução de alguns estudiosos da Educação Sexual de que só se deve responder ao que a criança pergunta, satisfazendo a curiosidade do momento”, a autora afirma que “não basta responder, é preciso dialogar.” (Figueiró, 2006, p. 5).

Sendo assim, é preciso aproveitar as oportunidades para discutir e refletir sobre sexualidade na escola, e isso só é possível quando o professor vai além de apenas responder ao que foi perguntado. Elas podem estimular ainda mais a participação do aluno quando o professor se mostra interessado na sua pergunta, ou simplesmente inibir momentos de interação entre aluno-professor, quando o docente não responde, ou não valoriza o que foi questionado. Portanto, a participação do aluno provocar reviravolta na aula, tudo depende da reação, da segurança e do domínio de conteúdo do professor.

O ensino da sexualidade muitas vezes exige uma aula expositiva, no entanto, o professor deve ter cuidado para que ela não seja monótona, onde apenas ele fala

sobre o conteúdo. Sendo assim, é importante que o docente ministre o assunto expositivamente, mas permita que o aluno dialogue também. Desta forma, a aula expositiva-dialogada é uma forma de o professor estimular a participação do aluno na discussão, tirando de si a centralidade da aula. “Isto deixa o professor mais tranquilo e à vontade, enriquece a aula e gera um trabalho descontraído e espontâneo, sem comprometer a seriedade e a qualidade. Esta forma de ensinar faz fugir, então, do padrão tradicional de aula dogmática, puramente expositiva.” (Figueiró, 2006, p. 8).

É preciso frisar que mais importante do que saber como ensinar Educação Sexual, é saber por que é para que se deve fazer educação sexual e qual o papel do educador. Figueiró (2006, p. 18) só considera funcional a iniciativa de educação sexual, se o professor tiver ciência que “é função da escola, também, ensinar sobre sexualidade para os alunos, não porque os pais, na maioria das vezes, não sabem fazê-lo; não apenas porque existem problemas sociais ligados à vivência da sexualidade, [...] mas, sobretudo, porque é função da escola como parte do processo de formação integral do educando”.

4.2.3 Educação Sexual como prática pedagógica dos professores/as de Ciências

O Ensino de Ciências ocorre em uma disciplina escolar, voltada para a articulação dos conhecimentos científicos sobre os fenômenos da natureza e vivências pessoais e cotidianas dos alunos, envolvendo temáticas como o meio ambiente, saúde, desenvolvimento da sociedade, transformações tecnológicas, entre outras.

Os PCN de Ciências Naturais que orientam o currículo para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental abordam que “na educação contemporânea, o ensino de Ciências Naturais é uma das áreas em que se pode reconstruir a relação ser humano/natureza em outros termos, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência social e planetária” (Brasil, 1998, p. 22).

Em 2013, foram lançadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB), compostas por um conjunto de normas, orientações e fundamentos que devem auxiliar na organização, planejamento e desenvolvimento curricular. Também, normatizando a formação inicial e continuada dos educadores, e os instrumentos de ensino a serem utilizados na escola (Brasil, 2013).

Duas décadas depois do lançamento dos PCN, em 2017 é homologada a BNCC regulamentada para o ensino fundamental, e em 2018 sendo normatizada para o ensino médio. Esse documento tem por função definir e regulamentar os conhecimentos que os alunos tem direito a aprender via processo de escolarização formal, as escolas são obrigadas a considerar as normativas da BNCC para elaboração dos currículos escolares (Brasil, 2017).

Os Temas Transversais abordam tópicos referentes à necessidade formativa dos alunos para assuntos e debates do cotidiano, esses orientam diversos temas a serem tratados de maneira interdisciplinar entre as disciplinas, entre esses está a sexualidade. Segundo Molina e Santos (2018, p. 1155), “é possível afirmar que embora as discussões no campo da sexualidade estejam ramificadas por entre todas as disciplinas, percebe-se sua fixação na área das Ciências”.

Nesse sentido, percebeu-se o papel da disciplina de Ciências no enfoque da Educação Sexual. Sendo assim, o presente tópico irá analisar as práticas pedagógicas dos professores/as e recursos utilizados nas aulas de ciências.

Logo, foi perguntado para os professores/as de ciências, quais os recursos e matérias didáticos que os mesmos utilizam em suas aulas.

P1. Os recursos utilizados são aulas expositivas com o uso dos livros didáticos, vídeos e imagens educativas. Quando está no momento de debater sobre prevenção e gravidez indesejada ou a ISTs, levo para a sala de aula algumas unidades de preservativos masculinos e femininos para mostrar para os alunos quais a importância dos mesmos.

P2. Eu uso alguns recursos como: Livro didático, quadro branco, recursos impressos, cartazes e folders, leitura em grupos, roda de conversas, apresentação de seminários.

P3. Vídeo aula, exposição de material didático, diálogo e debates com os alunos.

P4. Diálogo com os estudantes, apresentação de seminários, inclusive semana passada os alunos apresentaram alguns trabalhos dos temas transversais, e um grupo apresentou sobre a gravidez na adolescência, utilizo também roda de conversas e debates.

Podemos observar que os professores/as de ciências utilizam diversos matérias, recursos didáticos e material concreto como cita “P1” em sua fala que utiliza

“preservativo masculino e feminino”, os demais professores desenvolvem suas aulas através de: aulas expositivas, uso do livro didáticos, debates, rodas de conversas, vídeos, seminários, cartazes, folder e quadro branco, fazendo a utilização de bastantes ferramentas para o ensino e aprendizagem dos estudantes.

De acordo, com Figueiró (2009, p. 151), ao tratar especificamente dessa questão, afirma que:

O ensino da sexualidade não pode limitar-se à aula expositiva, embora, em vários momentos, ela pode fazer-se necessária, pois há conteúdos básicos que requerem explanação teórica por parte do professor. Mesmo assim, é preciso cuidado para que não seja um monólogo, onde apenas ele exponha mas, pelo contrário, que consiga desenvolver uma aula expositivo dialogada, conforme defendem Ronca e Escobar (1984, p.8), na qual o aluno é envolvido, ativamente, no processo de explicação do conteúdo, seja por perguntas que lhe são lançadas, seja por exemplos que lhe são solicitados e pela possibilidade de participar com opiniões, colocação de dúvidas e expressão de sentimentos.

Ressalta-se, assim, a importância da utilização de materiais didáticos atrativos em sala de aula, durante a abordagem da sexualidade, que permitam o debate e a construção de conhecimentos sobre o tema, visando a sua importância na formação do indivíduo. Sobre esse tema, Bonfim (2009, p. 172) defende que:

Por considerarmos a sexualidade como um dos núcleos fundamentais da personalidade humana, integrando plenamente o desenvolvimento do ser humano, não se reduzindo apenas em momentos e comportamentos, e que viver a sexualidade com liberdade, responsabilidade afetiva e de forma saudável nos torna mais humanizados, realizados e dispostos para a vida, entendemos o quão importante é que essa temática seja tratada de maneira natural e debatida abertamente no ambiente educacional.

Em relação a utilização do debate na Educação Sexual, Figueiró (2009, p. 152) coloca que:

Reconhecido como eficaz nas experiências pioneiras no Brasil, na década de 70. Consiste em dispor os educandos, na classe como um todo, para debater e trocar ideias com seus colegas sobre o tema em estudo. É isto que possibilita aos alunos entrarem em contato com diferentes posicionamentos para, a partir daí, formar suas próprias opiniões e preparar-se para tomar decisões próprias.

É importante destacar o papel do material didático não apenas como um mero recurso de auxílio ao trabalho do professor em sala de aula, esse pode assumir o papel de estabelecer relação entre aluno e professor, e entre aluno e conhecimento, permitindo ao aluno a autonomia de construção do seu próprio conhecimento.

Sobre o uso de materiais didáticos no Ensino de Ciências, Borges (2012, p. 143) enfatiza que o diálogo no ambiente de sala de aula não pode ser limitado a

exposição oral, mas também devendo ser utilizados imagens, textos, objetos como auxiliares no processo ensino-aprendizagem, a utilização de um material didático enriquece e potencializa esse processo, permitindo ao aluno a vivência da construção do próprio conhecimento.

4.2.4 Educação Sexual nas aulas de Ciências

Na escola, os professores discutem, consciente ou inconscientemente, noções sobre Sexualidade e Educação Sexual, por meio de verbalizações e/ou posturas, podendo ser positivas e instrutivas ou repressoras e castradoras (Silva e Neto, 2006, p. 186). Temáticas ligadas à sexualidade fazem parte do cotidiano dos estudantes, seja na música, mídia, livros ou em conversas com os colegas. Omitir e/ou ignorar questões ligadas à sexualidade não são atitudes adequadas a serem tomadas quando se tem a missão de formar cidadãos críticos e comprometidos com suas escolhas.

Para Figueiró (1996, p. 17), a Educação Sexual é “toda ação de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja a nível de conhecimento de informações básicas, seja a nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual”.

Neste sentido, foi perguntado para os professores/as de ciências, o que os mesmos consideram relevantes na hora de trabalhar a Educação Sexual com seus alunos/as.

P1. O conhecimento sobre o corpo, para que assim o aluno saiba respeitar o seu próprio corpo e o das outras pessoas, e evitar qualquer tipo de abuso. As formas de contrair as ISTs, por que nem todas são transmitidas através do ato sexual.

P2. A prevenção de gravidez na adolescência e prevenção das ISTs. Por que ainda é um tabu nas conversas entre pais e filhos quando o assunto é a educação sexual.

P3. Mostrar os pontos positivos e negativos, os pontos positivos como: prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Negativos: a gravidez indesejada e as doenças sexualmente transmissíveis.

P4. A prevenção de situações de violências sexuais, gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.

Podemos observar que os professores/as de ciências na hora de abordar a temática em sala de aula, se preocupam com as questões sexuais voltadas ao corpo como: gravidez na adolescência, abuso sexual e infecções sexualmente transmissíveis-ISTs, pois torna-se necessário debatermos e dialogarmos sobre essas questões na escola, e também de tornamos cidadãos conscientes.

De acordo, com Oliveira (2009, p. 182) mostra que:

[...] abordar o tema na escola não é fácil, principalmente, se o professor não estiver seguro e preparado para tal abordagem. Deveria ser, mas não é. Os mitos e preconceitos vindos da antiguidade têm refletido no contexto atual. Fato semelhante ao ocorrido em períodos passados, quando a sexualidade foi associada a “coisas feias”, impróprias e restritas somente a adultos. Os jovens do atual contexto, envoltos em tantas informações e precoces em relação ao sexo, são, ao mesmo tempo carentes de esclarecimentos as suas dificuldades e dúvidas sobre a sua sexualidade.

Figueiró (2009) ressalta que ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática estratégias de ensino, envolve ensinar, através da atitude de educador(a), que sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. “Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo o direito a vivenciar o prazer” (Figueiró, 2009, p.163). Não se limita somente a prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, por sua vez um educador sexual deve valorizar a informação de conteúdos relacionados com a sexualidade para “num contexto de debate, para, através da discussão da sexualidade, levar a tomada de consciência da cidadania” (Figueiró, 1996, p. 41).

Conforme Altmann (2001), em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada, entre adolescentes, e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual (PCN) foi proposto como tema transversal a ser trabalhado ao longo de todos os ciclos de escolarização. A autora mostra que:

A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade. (Altman, 2001, p. 576).

Nesse sentido, podemos inferir que a sexualidade está ligada não somente à individualidade de cada ser, sua essência, sua história, mas que também está ligada à cultura e política da sociedade em que ele está inserido.

4.2.5 Educação Sexual e Formação de Professores/as

Segundo Silva e Santos (2011), historicamente a comunidade escolar vem delegando aos professores de Biologia e Ciências a responsabilidade de orientação e conteúdo sobre a o tema Educação Sexual. Para Rodrigues e Salles (2011, p.2), “infelizmente tal prática ou discussão ainda não ocorre de maneira natural e sistemática, entendida como parte das várias dimensões do ser humano”. Talvez resida aí uma das principais dificuldades dos docentes das diversas áreas em sentir-se preparados para discutir o tema.

Segundo o PCN (Brasil, 1997, p. 31), os temas transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana. Os mesmos devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.

Moizés e Bueno (2009) afirmam que a transversalidade implica na necessidade de o/a professor/a não apenas dominar o conteúdo programático da matéria que é responsável, como exige conhecimento do conjunto das disciplinas curriculares ofertadas no ensino, e que tenha habilidade para inserir temas transversais que fogem da sua área de formação e especificidade.

Diante disso, foi perguntado para os professores/as de ciências, se os mesmos já participaram de formação continuada, cursos, seminários programas ou palestras sobre Educação Sexual.

P1. Sim, já participei como ouvinte de palestras sobre o assunto. E é uma forma de aprendizagem, pois sempre são feitas por profissionais da área da saúde que tem uma visão mais específica no assunto.

P2. Sim, já participei somente de palestras e seminários sobre Educação Sexual.

P3. Sim, participo somente das palestras sobre Educação Sexual, quando são feitas aqui na escola, fora isso não tenho participado de curso de formação.

P4. Sim, já participei de formação continuada, no meu curso de pós graduação tinha uma disciplina específica sobre a temática, já participei de palestras também.

Após análise das entrevistas, observamos que somente “P4” recebeu formação continuada com relação a temática, P1, P2 e P3, participaram somente de palestras e seminários, o que nos mostra a necessidade de formação continuada para os professores/as explanarem os conteúdos em sala de aula sobre Educação sexual, e deixarem os mesmos seguros nas discussões com os estudantes.

Segundo Rodrigues e Salles (2011, p.3) relata que:

A possibilidade de uma formação continuada nesta temática deve avançar, pois na maioria dos cursos de formação inicial, sejam da saúde ou da educação, não estão contempladas discussões que mostrem quem são os sujeitos de direitos que serão apresentados a nós no cotidiano do nosso trabalho e nem como deveremos abordá-los (Rodrigues e Salles, 2011, p. 3).

Nesse contexto, Maia *et. al.* (2006) afirma que a educação sexual aliada à formação de professores contribui para enriquecer a prática docente na escola, favorecendo uma relação em que todos se beneficiariam professores, estudantes e familiares. Nóvoa (2009) destaca que o trabalho colaborativo e coletivo facilita a intervenção dos projetos educacionais.

Silva e Neto (2006) reforçam a importância de a universidade assumir a formação dos profissionais do magistério. Para tal, é necessário, entre outros fatores, a sensibilização e a preparação dos docentes, inclusive da Educação Superior, que também não foram formados para o trabalho com a temática.

No mesmo sentido, vários autores como Figueiró (2009); Silva e Neto (2006); Rodrigues e Salles (2011); Silva e Santos (2011) acreditam que a formação inicial dos professores tem deixado a desejar no que tange a abordagem da temática sexualidade, sendo necessário também uma formação continuada para que os professores possam abordar a Educação Sexual com segurança em sala de aula. Eles acreditam que os cursos de graduação devem abordar essa temática em disciplinas obrigatórias nas licenciaturas.

4.2.6 Educação Sexual e seus desafios no contexto escolar

Pensamos a sexualidade como uma construção social relacionada ao poder e à regulação do corpo e da sociedade (Foucault, 1988). Por isso, abordar esse tema é um desafio, sobretudo por se tratar de um campo cercado de tabus, vergonhas e receios. Enfrentar esse desafio se faz, no entanto, necessário, pois a temática traz

para as discussões muitas dúvidas e curiosidades, sinal de que não podemos ignorar as inquietações existentes em torno dela.

Inquietações relacionadas à abordagem da sexualidade, de modo específico entre as crianças e os jovens, têm se tornado objeto de estudos, tanto por parte de pesquisadores quanto por parte de profissionais da educação, os quais entendem que a escola, como ambiente de convergência das mais variadas concepções acerca do ser humano, não pode se abster de seu papel formativo, para além dos conteúdos curriculares prescritos. Isso porque a sexualidade faz parte da condição humana, é o princípio da vida e nos acompanha até a morte.

Como uma construção social e cultural, a sexualidade “será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura” (Brasil, 1997, p. 117-118). Em razão disso, torna-se significativamente complexa a abordagem escolar de questões ligadas à temática, porque envolve uma infinidade de valores e de compreensões acerca do conceito, em meio ao conjunto de subjetividades que constitui o universo escolar. Por isso, ainda hoje, essa abordagem é complexa e desafiadora na escola, visto que parte da “problemática” que se apresenta é advinda da hesitação do adulto quanto ao tratamento a ser dado às questões postas.

Nesse sentido, foi perguntado para os professores/as de ciências sobre seus maiores problemas e desafios enfrentado na escola referente a temática de Educação Sexual.

P1. Os principais problemas são a falta de informação que alguns alunos demonstram, no sentido de uma “falta de conversa” com os pais sobre o assunto, e isso afeta no momento da aula, pois é possível observar que o aluno fica constrangido, envergonhado e as vezes até com medo, de falar sobre o tema, mesmo sendo abordado da forma mais didática possível. Alguns pais as vezes demonstram uma certa resistência quando sabem que o aluno/a irá ter este tipo de informação em sala de aula, então é feita uma reunião para esclarecer os objetivos das aulas.

P2. Falta de recursos: a escola não tem recursos necessários para trabalhar o tema de forma dinamizada.

Tabus: que a maioria dos pais dos alunos/as demonstram resistência ao assunto.

Preconceito: presente no contexto familiar, na sociedade e na cultura, são fatores limitantes.

P3. Na minha escola não teve muito problema sobre o assunto, ao contrário os alunos/as ficaram muito curiosos para aprender sobre a temática.

P4. Os maiores problemas é o preconceito, medo e o desconhecimento.

Podemos observar que os professores/as de ciências, somente “P3” não teve problemas ou desafios enfrentados na escola com relação à temática de Educação Sexual. Já “P1, P2 e P3” tiveram bastantes desafios enfrentados na escola.

Percebeu-se que um dos maiores desafios enfrentados pelos professores de ciências, é a “resistência da família” quando os alunos irão receber algum tipo de informação relacionado a educação sexual. Nesse sentido, Brandão (2004, p. 80) constata, as conversas sobre sexualidade na família se apresentam pouco explícitas: “Tomam formas indiretas, pouco palpáveis, permeadas de reticências, advertências, reprimendas”.

De acordo, com Monich e Engster (2007):

A família é, na maioria das vezes, o primeiro referencial de sexualidade que o ser humano tem. O acolhimento, a alimentação, o aconchego são circundados pela educação sexual que ali se realiza, mesmo quando não se fala abertamente sobre o assunto. Isso ocorre dentro de cada estrutura familiar, através das falas, das proibições, dos cuidados, dos gestos ou das expressões. Os valores, tão difusos e confusos no contexto pós-moderno, apresentam-se como interferentes e até como determinantes na educação dos sujeitos [...], além disso, é necessário considerar a interferência do meio histórico social na formação dos sujeitos e dos meios de formação, escola, Igreja, meios de comunicação. (Monich; Engster, 2007, p. 5).

Desse modo, cabe às gerações presentes redefinir as responsabilidades a serem assumidas, na perspectiva de desenvolver, conscientemente, um papel reflexivo acerca da participação dos adultos na construção da sexualidade das crianças e dos adolescentes.

Outro desafio identificado é o “preconceito”, pois ainda enfrentamos esses desafios tanto no contexto escolar e na sociedade. Diante disso, a escola deve informar e discutir os diferentes tabus e preconceitos, desconstruindo as crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando levar o aprimoramento das concepções de sexualidade.

A sexualidade é um dos temas mais abordados em nosso meio social, para Pinto (1999), no período atual não se faz mais sentido lidar com sexualidade de forma velada; “se queremos um mundo mais maduro e esclarecido, não se pode dar

preferência ao implícito em detrimento da explicitação das questões relativas à sexualidade".

Abordar a educação sexual na escola para Figueiró (2004, p. 38 *apud* MAIO 2012, p. 216) ainda é um processo difícil e que ocupa:

Posição marginal na qual esteve e ainda está colocada a educação sexual, e tem sido caracterizada por diversas formas: 1) Não é considerada uma questão prioritária na educação escolar; 2) Não é colocada em prática na maioria das escolas brasileiras; 3) É praticada em um número restrito de escolas, por iniciativa de alguns professores isoladamente; 4) É praticada em algumas escolas de rede pública, por iniciativa, principalmente, de órgãos oficiais da educação ou da saúde, as quais, depois de um pequeno número de anos, interrompem o apoio efetivo; 5) É criticada por uma parcela pequena, porém efetivamente significativa de professores e elementos da comunidade como um trabalho não da escola, mas da família.

Educar sexualmente significa oferecer aos diferentes indivíduos condições para conhecerem e assumirem sua sexualidade e seu corpo de maneira positiva, livres de preconceitos, culpas, vergonha e medo.

Outro desafio observado, foi a “falta de recursos didáticos para trabalhar de forma dinamizada” em sala de aula, como cita “P2” em sua fala. E por fim, observamos que “P4” em sua fala cita que um dos maiores problemas é o “medo e o desconhecimento”, pois esse é um dos problemas enfrentados pelos professores, principalmente na hora de abordar a temática, pois os mesmos não se sentem seguros, muita das vezes por falta de conhecimento.

Para Figueiró (2009, p. 15) os professores seriam as pessoas mais indicadas para tratar desses assuntos, por terem mais facilidade de propor debates e diálogos, permitindo que os exponham seus sentimentos, dúvidas e ansiedades. Mais do que falar sobre sexualidade, o foco da Educação para a Sexualidade quando inserida na escola deve ser de discutir e interagir os diferentes saberes, abordar questões relacionadas ao tema, diferenciando-se da educação oferecida pela família, pois possibilita uma visão crítica, sem a imposição de determinados valores, preconceitos, informações erradas e tabus.

A educação sexual quando ministrada nas escolas possibilita aos alunos desenvolverem atitudes coerentes, conhecerem sua própria sexualidade e eleger valores através de seu próprio entendimento. Formando indivíduos críticos e conhecedores de sua sexualidade.

Para se inserir a educação sexual nas escolas, precisará de cautela e muita segurança, pois é um assunto difícil, delicado e polêmico. É um processo que ainda

está em luta, começando pela formação dos professores que vão trabalhar com esta temática, que terão que lidar com dúvidas, preconceitos, brincadeiras e questionamentos.

A sexualidade que entra na escola parece estar sitiada pela doença, pela violência e pela morte. São evidentes as dificuldades de educadores, mães e pais, em associar a sexualidade ao prazer e à vida. Parece mais fácil exercer uma função de sentinela, sempre atentos/as à ameaça dos perigos, dos abusos ou dos problemas (Louro, 1999, p. 46).

Em concordância com as reflexões de Louro (1999), considera-se que essas construções relacionando a sexualidade à doença, perigo e problemas estão pautadas nas diversas abordagens que construíram a sexualidade, ao longo de séculos, como algo feio e pecaminoso conforme esclarece Foucault (1993) sobre a “*scientia sexualis*” vivenciada no Ocidente. Neste sentido, a escola vem sendo tensionada a trabalhar com esta temática há muitas décadas, mas de forma conservadora, mantendo uma visão médico-biologista e normativo-institucional, atendendo a uma classe hegemônica (Nunes, 1996). A década de 1990 traz a importância e a necessidade da discussão da temática da sexualidade na escola, como evidencia Altmann (2001, p. 575):

O tema da sexualidade está na ‘ordem do dia’ da escola. Presente em diversos espaços escolares, ultrapassa fronteiras disciplinares e de gênero, permeia conversas entre meninos e meninas e é assunto a ser abordado na sala de aula [...]; é tema de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam recreios e festas (Altmann, 2001, p.575).

Sexualidade é vida, está presente em todos os momentos e a escola não poderia deixar de abordar esta temática e ter a clareza de que abordagem estará comprometida. A partir dos PCNs começaram a se delinear estratégias para um ensino de educação sexual nas escolas, mas sem um engajamento voltado para uma transformação social, muito atrelada ainda a uma abordagem pedagógica informativa. Contudo, fazia-se presente a necessidade da educação sexual, visto que “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir” (Louro, 1997, p. 81). E, diante dessa realidade, era preciso que os/as educadores/as enxergassem essa necessidade.

É preciso que o educador chegue ao insight, à constatação de que cabe sim à escola a responsabilidade pela Educação Sexual dos alunos, mesmo até nos casos em que tenham, na família, uma Educação Sexual positiva. Isto por duas razões: primeiro porque é só na escola, ou em alguma instituição educacional que o educando pode ter a oportunidade de debater as questões

referentes à sexualidade com outros da mesma idade e, portanto, ouvir diferentes pontos de vista e partilhar dúvidas e angústias comuns; segundo porque a sexualidade faz parte da educação global do indivíduo. (Figueiró, 1998, p. 110)

Diante dessas abordagens, foi perguntado para os professores/as de ciências, de quem é a responsabilidade de abordar a temática de Educação Sexual na escola, é só dos/as professores/as de ciências, de todos os professores/as de qualquer componente curricular, ou do Programa Saúde na Escola-PSE.

P1. Na escola, o papel é de todos, mas sempre de forma educativa, pois quanto mais informação, conhecimento e esclarecimento o aluno tiver sobre o assunto, a saúde física e psicológica se manterá bem.

P2. A responsabilidade pela abordagem sobre Educação Sexual é de todos os componentes curriculares, incluindo a família.

P3. Na minha opinião de todos que lecionam na escola. Todos devem participar da Educação Sexual dos nossos alunos/as.

P4. Acredito que não é somente responsabilidade do professor de ciências, e sim de todo o corpo docente da referida instituição.

Após análise das entrevistas, observamos que todos os professores de ciências relataram que a responsabilidade quanto a abordagem da temática de educação sexual na escola “é de todos” que fazem parte da mesma, independente de componente curricular ou áreas específicas, todos tem o papel de discutir e dialogar sobre a educação sexual no ambiente educacional.

Sendo assim, percebe-se a grande importância que a Educação Sexual tem no ambiente educacional, e fica evidente que não podemos deixar de debate-la ou nega-la no ambiente escolar.

O autor Antonio Carlos Egypto faz um questionamento muito importante sobre isso:

A sexualidade não está na escola? Ela esta sim, só que a margem do que a escola faz. Ou seja, ela expressa no intervalo, entre as aulas, na hora do recreio, nos bilhetinhos, nas conversas paralelas durante as aulas, nas reações dos alunos diante do que está acontecendo enquanto estuda Matemática, História, Português ou Geografia. A sexualidade está lá na escola (Egypto, p. 14, 2003).

Portanto se a escola omite o assunto, a mesma está deixando que a sexualidade seja tratada apenas informalmente, nas ruas e pelo o que recebe da mídia.

A escola é um lugar onde se discute conhecimento, realiza diálogos e reflexões. Sendo um espaço privilegiado a discutir a sexualidade com adolescentes e crianças. Passamos uma informação muito clara quando nós negamos a discutir sexualidade, pois estamos negando que a sexualidade faça parte do conhecimento humano.

Para que a Educação Sexual passe a ser debatida e entendida, ela deve fazer parte da estrutura que a escola tem hoje. É evidente que esse trabalho pode ser feito também por outras áreas, como saúde e associações. Contudo a escola é um espaço onde os adolescentes e as crianças convivem mais tempo.

A Educação Sexual precisa de apoio institucional declarado pelas escolas, voltado para seus diferentes setores, assim como a participação das mães, pais e responsáveis por aquele aluno. Eles devem ser envolvidos e informados do que está sendo feito e do que será discutido nas aulas, não para que façam da forma que eles querem, mas para que conheçam e possam contribuir de forma positiva. Deixando claro que escola e a família tem papeis diferentes e complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a importância desta pesquisa encontra-se na necessidade de aprofundamento das discussões e estudos relacionados à educação sexual. Seja pela dificuldade que grupos conservadores impõem para efetivá-la, seja pelas dificuldades, limitações e equívocos enfrentados e/ou cometidos pelos professores/as e profissionais da educação dentro dos espaços escolares, marcados pela pluralidade, diversidade e especificidades culturais, sociais e econômicas.

Contudo, a escola não pode se omitir das tensões da sociedade, ao que o espaço educativo deve combater as desigualdades, deixando de reforçar situações excludentes no cotidiano, pois juntos, poderemos acabar com o tabu que é discutir e dialogar sobre a sexualidade, assim, construir uma sociedade que respeite as diferenças e acima de tudo, caminhar em prol de uma sociedade sem violência sexual e de gênero, que promova equidade, mas segura para os alunos e as alunas das nossas escolas e do nosso país.

As políticas educacionais voltados para a Educação Sexual e Sexualidade elucidado na seção III, também foi um ponto muito importante no decorrer desse trabalho, pois podemos compreender que as políticas educacionais para a educação sexual no espaço escolar é um conhecimento que não deve ser negado, e que os/as professores/as e alunos/as têm o direito a um debate teoricamente consistente, possível apenas com a formulação de políticas de formação específica para os/as professores/as, uma política de formação relacionado a um novo modelo educacional, de qualidade e sem orientação ideológica.

Podemos observar, que o ECA, o PNE 2014-2024 (principalmente o PNE 2014-2024), busca ocultar a sexualidade, muito em virtude da pressão exercida por grupos sociais, religiosos/conservadores, buscando impedir, assim, a concretização aos educandos de um desenvolvimento integral a que a lei maior, a CF/1988, dá direito. Logo, o ocultamento e o silenciamento da educação sexual nas políticas públicas educacionais, torna-se motivo de muita preocupação.

Em relação, aos resultado obtidos através das entrevistas narrativas com os professores de ciências, podemos observar que as percepções dos/as professores/as de ciências relacionadas a temática de Educação Sexual, estão voltadas as questões de informação e prevenção, a situações indesejadas como: gravidez na adolescência, abuso e violência sexual, e infecções sexualmente transmissíveis-ISTs.

Diante disso, as abordagens da temática de Educação Sexual nas aulas de ciências, podemos observar que todos os professores abordam a temática de forma didática, através de: vídeos aulas, apresentação de seminários e material lúdico, mostrando aos educandos seus pontos positivos e negativos.

Sobre os recursos e materiais didáticos utilizados pelos professores de ciências, podemos observar que os mesmos utilizam de diversos materiais em suas aulas como: aulas expositivas, uso do livro didático, debates, rodas de conversas, vídeo aulas, seminários, cartazes, folder e quadro branco.

Em relação, as abordagens o que se considera mais relevante na hora de abordar as questões de Educação Sexual em sala de aula, foi possível identificar que os professores de ciências se preocupam com as questões sexuais voltadas ao corpo como: gravidez na adolescência, abuso sexual e infecções sexualmente transmissíveis-ISTs.

Com relação, a formação continuada dos professores de ciências, podemos observar que a grande maioria dos participantes da pesquisa, participaram somente de palestras e seminários, o que nos mostra a necessidade de formação continuada para os professores/as explicarem os conteúdos em sala de aula sobre Educação Sexual, e deixarem os mesmos seguros nas discussões com os estudantes.

Desse modo, os maiores problemas e desafios enfrentado na escola, referente a temática de Educação Sexual, foi possível identificar alguns problemas como: resistência das famílias, preconceito, medo e desconhecimento.

Em relação, a responsabilidade de abordar a temática de Educação Sexual na escola, podemos observar que é direito de toda comunidade escolar, e professores de qualquer componente curricular, debater e dialogar as questões sobre Educação Sexual e Sexualidade na escola.

Portanto, podemos perceber que mesmo com muitos preconceitos e tabus relacionados à sexualidade, é possível trabalhar a Educação Sexual em sala de aula por meio de atividades que são viáveis e podem favorecer o ensino da temática como os recursos didáticos, a sensibilização dos alunos e a prática reflexiva.

Sendo assim, há uma necessidade de um maior investimento de pesquisas mais amplas nessa área, assim como também, há necessidade das instituições formadoras dos profissionais de educação, maiores investimentos em cursos de formação nesta temática, que é de fundamental importância nos ambientes escolares,

para que os educandos tenham conhecimento suficiente em suas escolhas, possíveis prevenções, preconceitos, violências, entre outras.

Espera-se que nossas descobertas possam contribuir para a promoção de uma educação sexual mais informada, inclusiva e igualitária, que transcenda o âmbito reprodutivo, envolvendo questões contextuais e históricas relacionadas à sexualidade. E assim contribuindo para uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Andrezza Romenia Lima de. **Educação sexual e a formação de professores: uma proposta para a formação inicial dos licenciandos em Ciências Naturais (FUP)**. 2017. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Física, Instituto de Química, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Ciências, 2017.

ABREU, Thiago Ferreira. **Ser ou não ser, afinal o que se é? um estudo sobre biologia essencialista e heteronormatividade no ensino de ciências no viés da LGBTfobia institucionalizada**. 2021. Dissertação de (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação e Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 575-585, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PthD6cgdcDC7MMvJw5zxXDr/?l>. Acesso em: 17 out. 2024.

AMARAL, Ana; DOMINGUES, José; SILVA, Marta Regina. Escola, Juventude e Corpos Modificados. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel. (Org.). **Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. 3. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**, v. 2, p. 175-196, 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/a-entrevista-narrativa-ressignificada-nas-pesquisas-educacionais-psestruturalistas/79468902>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ANDRADE, Teresa Cristina Bruno. **Dos temas transversais à apropriação/vivência de valores: uma proposta de qualidade socioeducacional**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. 2004.

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina. Escola e educação sexual: uma relação necessária. **XI ANPED Sul, Unoeste**, 2012. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/666954>. Acesso em: 17 out. 2023.

ARAÚJO, Karla Cristina Vicentini. **Sexualidade na internet: análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual**. 2014. 153 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

BALBINO, Elizete Santos. DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR: DA CONCEPÇÃO À FORMAÇÃO DOCENTE. In: **Anais do Congresso de Inovação Pedagógica em Arapiraca**. 2015. [https://www.semanticscholar.org/paper/DIVERSIDADE-SEXUAL-NO CONTEXTO-ESCOLAR%3A-DA-%C3%80-Silva Balbino/5fb828b466e8fb27e5d15c94426c02a93edfb02](https://www.semanticscholar.org/paper/DIVERSIDADE-SEXUAL-NO-CONTEXTO-ESCOLAR%3A-DA-%C3%80-Silva-Balbino/5fb828b466e8fb27e5d15c94426c02a93edfb02).

BARCELOS, Nora Ney Santos; JACOBUECCI, Daniela Franco Carvalho. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 10, n. 2, p. 334-345, 2011. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen10/ART6_VOL10_N2.pdf. Acesso em: 04 nov 2024.

BARROS, Suzana da Conceição de; QUADRADO, Raquel Pereira; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Sexualidade no currículo escolar: disciplinaidade ou transversalidade. **VII Enpec: Florianópolis**, 2009.

BERNARDO, Maristela VC. Como a universidade potencializa a educação. **Didática, São Paulo**, v. 22, p. 23, 1986.

BISSOLI, Michelle Freitas; MOMO, Mariângela implementação da Base Nacional Comum Curricular no Amazonas: desafios, conquistas e contradições em movimento. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 50, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5499>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **Educação Sexual e a Formação de Professores de Ciências Biológicas**: contradições, limites e possibilidades. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635513>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BORDINI, Satina Célia. O lugar da educação para a sexualidade na disciplina de Ciências e suas relações com o saber científico. **Contexto & Educação**. Editora Unijuí, ano 27 nº. 88 jul. /dez. 2012.

BORGES, Ana Luiza Vilela et al. ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 15s, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/8pyr5ySP7PCK6tPRhWjK7HF/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2024.

BORGES, Gilberto Luiz de Azevedo. **Material Didático para o Ensino de Ciências**. Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho". V.10. 2012. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47362?locale=pt_BR>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. 2006. p. 155-206.

BRANDÃO, Elaine Reis. **Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil**. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.

BRASIL, **CONAE**, C. N. Documento final: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: **o Plano Nacional de Educação**, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília: MEC, 2010. <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.3392>

BRASIL. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. 2.ed. Londrina: EDUEL, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 10.

BRASIL. Programa de Residência Pedagógica: Chamada Pública Para **Apresentação de Propostas no Âmbito do Programa de Residência Pedagógica**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. **Referencial Curricular Amazonense**. 604p. Manaus: 2020b. Disponível em:

<<https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/jornada-pedagogica-2020-referencial-curricular>. Acesso em: 14 de jul de 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706QP063OA>.

CARDOSO, Frederico Assis; SILVA, Apolônia de J. Ferreira; SILVA, Patrick Santos. Uma análise dos PCN Orientação Sexual dezoito anos depois. **Cadernos de Pesquisa: pensamentos educacionais**, v. 11, n. 28, p. 211-225, 2016. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/321>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CARVALHO, Fabiana Aparecida. Que saberes sobre a sexualidade são esses que (não) dizemos na escola? In: FIGUEIRÓ, Mary Neide. (org). **Educação Sexual: Em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009.

CEZAR, Bartira dos Reis Rocha. **Corpo, sexualidade, gênero e as mediações culturais em revistas femininas juvenis: possibilidades de uso para o ensino não-formal**. 2013. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

COSTA, Paula Narranjo da; SOUZA, José Camilo Ramos de. Sexualidade, gênero e ensino de ciências: buscando novos sentidos. In: **III Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 05 a 07 de outubro de 2016, Natal – RN. Anais. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA11_ID11939_17082016225830.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2024.

CRUZ, Tatiana Pinheiro. **Concepções de professores/as de ciências sobre sexualidade em alunos/as com deficiência intelectual**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira; FREITAS, Denise; SILVA, Elenita Pinheiro. O corpo da ciência, do ensino, do livro e do aluno. In: Ministério da Educação, **Coleção explorando o ensino: Ciências, Ensino Fundamental**. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. **Educação Brasileira: projetos em disputa**. Cortez Editora, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação**, n. 02, p. 04-17, 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n02/n02a02.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base nacional comum curricular: dilemas e perspectivas**. 2018.

EGYPTO, Antonio Carlos. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo; Cortez; 2003. 142 p.

FERREIRA, Laísa Mayda Santos; PAIVA, Milena Carla Candido; MIRANDA, J. R. A percepção dos pais e mães sobre o trabalho de educação sexual na escola. In: **II CONEDU: Congresso Nacional De Educação**. 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA11_ID3128_28062015164925.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

FERREIRA, Luiz Otávio. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 43-71, 2008. <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/X9xgqgRXDj3zhTbr56QgknB/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual- como ensinar no espaço da escola**. FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org). Múltiplos Temas, Compromissos Comuns. Universidade Estadual de Londrina. 2009a. Disponível em:<http://www.cepac.org.br/blog/wpcontent/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf>. Acesso em 22 de nov.2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. **Cadernos de Pesquisa**, n. 101, p. 103, 1996. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8639209>>. Acesso em 20 de nov. 2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Educação sexual: saberes essenciais para quem educa**. Curitiba: CRV, 2018. 334 p.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. 327 p.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber** (7a edição). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** v.1: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Gracial, 1997.

FOUCAULT, Michel; BLASIUS, Mark. About the beginning of the hermeneutics of the self: Two lectures at Dartmouth. **Political theory**, v. 21, n. 2, p. 198-227, 1993.

FRANÇA, Fabiane Freire; CALSA, Geiva Carolina. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, v. 24, n. 2, p. 111-120, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FURLAN, Cássia Cristina; MÜLLER, Verônica Regina. Gênero, sexualidade e docência:(re) pensando práticas. **Revista Educação em Questão**, v. 46, n. 32, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5126>. Acesso em: 24 ago. 2023.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?format=html>.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina), 2008.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual**: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guaciara Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p.66-81.

GROFF, Apoliana Regina. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 1431-1444, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8329>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola**: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GUIMARÃES, Yara. A.F.; GIORDAN, Marcelo. Instrumento para construção e validação de sequências didáticas em um curso a distância de formação continuada de professores. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, 2011, 8: 875-882. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31050187/R0875-2->

[libre.pdf?1392167386=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DInstrumento para construcao e valida ao.pdf&Expires=1](http://libre.pdf?1392167386=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DInstrumento_para_construcao_e_valida_ao.pdf&Expires=1)

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.) **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA NETTO, Aristóteles Mesquita de. **Educação sexual Brasil e Portugal em espaços escolares: aproximações a partir de documentos oficiais**. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

LOPES, Alice Casimiro. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOURENÇO, Silmara Silveira. Sexualidade e gênero segundo educadoras de ciências e biologia: limites, resistências e possibilidades da educação sexual na escola. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

LOURO, Guaciara Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guaciara Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

LOURO, Guaciara. Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Louro. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S010246982007000200008&script=sci_abstract. Acesso em jan. 2024.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U, 2017.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; FARIAS, M. O.; PACINI, B. A.; JUNIOR, L. C. F.; FREITAS, R. M. C. Orientação Sexual para professores: formulário para avaliar a aquisição de conhecimento sobre sexualidade infantil. **Mimesis**, Bauru, v. 27, n. 2, p. 107-123, 2006. Disponível em: https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v27_n2_2006_art_06.pdf Acesso em: 20 ago 2024.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista brasileira de educação especial**, v. 16, n. 02, p. 159-176, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S141365382010000200002&script=sci_abstract. Acesso em: 18 ago. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Revista e atualizada. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MODESTO, Mônica Andrade. BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia. **Boletim Historiar**, v. 5, n. 03, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/10101>.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Vilela. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental**. Universidade de São Paulo, 2009.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p. 205-212, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/BJ3BDnLmv6mdcKGvgtYGSWt>.

MOLINA, Ana Maria Ricci; SANTOS, Welson Barbosa. Educação Sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 3, p. 1149-1163, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619866084015/619866084015.pdf>>. Acesso em 25 de nov. 2024.

MONICH, Alexandre Ari; ENGSTER, Nelia Elaine Wahlbin k. Educação, Sexualidade e o “Panta Rei” de Heráclito Education, Sexulaity and “Panta Rei” by Heráclico. **Revista Linhas**, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1350>>. Acesso em 19 de nov. 2024.

MONTEIRO, Solange Aparecido de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites**. *Pesquisa e Ensino*, Barreiras, v. 1, e202011. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/pqe/article/view/626> . Acesso em: 16 jul. 2024.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa, SILVA, Tomás Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 2 ed. revista – São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Curr%C3%ADculo-cultura-sociedade-Antonio-Barbosa/dp/8524918446>. Acesso em 17 out. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/download/18875/12399/> acesso em: 10 set. 2024.

NÓVOA, António. **Desafios do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. SINPRO-SP, Edição J.S. Faro e Priscila Gutierre. São Paulo, 2007.

NÓVOA, António. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: **Professores imagens do futuro presente**. Educa. Lisboa, Portugal, 2009.

OLIVEIRA, D A O; SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Currículo nacional e avaliação: elementos para uma discussão. **Revista de Educação AEC**, v. 25, n. 100, p. 148-66, 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000907120>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, 2009.

PAVAN, Ruth. Currículo, a construção das identidades de gênero e a formação de professores. **Revista Contrapontos**. v. 13, n 2, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S198471142013000200005&script=sci_abstract&lng=en.

PAZ, Cláudia Denis Alves da; **“Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos”**: desafios da formação continuada em gênero e

sexualidade. 2014. 221 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PECORARI, Eliane Porto Di Nucci; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; FIGUEIREDO, Tathiana Fernandes Biscuola. Orientação sexual em escolas de ensino fundamental: um estudo exploratório. **Cadernos de Psicopedagogia**, v. 5, n. 9, p. 00-00, 2005. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167610492005000100002&script=sci_arttext.

PEREIRA, Zilene. Moreira. Sexualidade e gênero na pesquisa e na prática de Ensino em Biociências e Saúde. 2013. 139f. Tese (Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

PINO, Aline. Muras de Oliveira. **Diversidade sexual e educação**: uma relação de desafios e possibilidades. 2017.

PINTO, Ênio Brito. **Orientação Sexual na Escola: A importância da psicopedagogia nessa nova realidade**. São Paulo: Gente, 1999.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência & Educação (Bauru)**, 2013, 19: 677-694. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132013000300011>

REIS, Giselle Volpato; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. **Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão**. Araraquara: FCL/Laboratório editorial, p. 81-96, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (Org). **Formação docente em gênero e sexualidade**: Entrelaçando teorias, políticas e práticas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 07-15.

RODRIGUES, A. R. F.; SALLES, G. D. Educação Sexual, Gênero e Diversidade Sexual: Formação de Professoras e Alunas Multiplicadoras como Metodologia de Ensino. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas** ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT6- Gênero e Educação.

RODRIGUES, Viviani Aparecida da Silva. **Educação sexual: práticas pedagógicas em aulas de Ciências de escolas da Diretoria de Ensino de Votorantim**. 2015. Dissertação de (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, campus, Sorocaba, SP.2015.

SACRISTÁN, José. Gomes; PÉREZ GÓMEZ, Angel. I. Compreender e transformar o ensino. *In: Compreender e transformar o ensino*. 2000. p. 391-391.

SANTOS, Maiara. Karollina. Lima. Ferreira; QUEIROZ, L. A.; SALTIRIO, I. L. S.; RIOS, J. S. C.; PINHO, H. M. L. S. Estratégias de educação sexual a partir da percepção de estudantes de uma escola pública/Sex education strategies from the perception of students at a public school. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, p. 90-95, 2018.

SANTOS, Pablo Silva Machado dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Disponível em: https://issuu.com/cengagebrasil/docs/guia_pratico_da_politica_educacional. Acesso em: 18 out. 2024.

SERRA, Dayse Carla Gênero. Teorias e práticas da Psicopedagogia Institucional. **Curitiba: IESDE Brasil**, 2012. Disponível em: <https://arquivostp.s3.amazonaws.com/gcursos/livro/LIVRO_teorias_e_praticas_da_psicopedagogia_institucional.pdf> Acesso em 22 de nov. 2024.

SILVA, Caio. Samuel. Franciscati.; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des) caracterizações. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**. Araraquara. v. 14, n. esp. 2. Jul 2019. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>

SILVA, Diana Melo. Gênero e orientação sexual na base nacional comum curricular. **Anais do XIV Colóquio Internacional" Educação e Contemporaneidade". Anais Educon**, p. 1-17, 2020.

SILVA, Elenita. Pinheiro. de Queiroz. Corpo e sexualidade: experiências em salas de aula de ciências. **Revista Periódicos**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 138-152, 2015. DOI: 10.9771/peri.v1i2.12883. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12883> . Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVA, Lia Mota; SANTOS, Sandro Prado. Sexualidade e Formação Docente: representações de futuros professores/as de Ciências e Biologia. **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Campinas, 2011. Disponível em:

https://abrapec.com/atas_enpec/viiienpec/resumos/R0835-1.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Mirian Pacheco. **Memórias de professore (a) s sobre sexualidade e o currículo como narrativa**. 2007. 182f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2007.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; MEGID NETO, Jorge. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, p. 185-197, 2006.

SILVA, Ricardo de Castro. **A orientação sexual vivida por educadores e alunos: possibilidade de mudanças**. 1995. 141f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais**. Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz. Tadeu da. **Teorias do currículo: o que é isto?**. SILVA, Tomaz. Tadeu. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154p., 1999.

SILVA, Tomaz. Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SIQUEIRA, Teresa Cristina B. Educação sexual versus informação sexual na família e na escola. **Revista Educativa. Goiânia, Go**, v. 5, n. 1, p. 147-156, 2004. Disponível em:

https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C14&q=SIQUEIRA%2C+T.+C.+B.+Educa%C3%A7%C3%A3o+sexual+versus+informa%C3%A7%C3%A3o+sexual+na+fam%C3%ADlia+e+na+escola.+Revista+Educativa.+Goi%C3%A2nia%2C+Go%2C+v.+5%2C+n.+1%2C+p.+147-156%2C+2004.&btnG=.

SOARES, Isadora Laguna. **A operação de referência: os rudimentos da cultura no discurso da criança**. 2014.

SOARES, Marina Nunes Teixeira. **"Existir e deixar existir: possíveis contribuições do Ensino de Ciências à educação sexual de jovens e adultos à luz de uma abordagem emancipatória de ensino"**. (2012). 161 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SUPLICY, Marta. **Guia de orientação sexual**: diretrizes e metodologia/ tradução e adaptação: Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS; Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. 8ª ed. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes Limitada, 2012.

VALLADARES, Katia Krepsky. **Sexualidade**: Professor que cala nem sempre consente. Dissertação apresentada à Universidade Federal Fluminense. Dissertação Mestrado em Educação. Campo de Confluência: Linguagem, Subjetividade e Cultura. Universidade Federal Fluminense. Niterói/ RJ, p. 31, 2002.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>

VIANNA, Cláudia. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação**: das ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, v. 23, p. 127-143, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200009>

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista brasileira de sexualidade humana**, v. 6, n. 1, 1995. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/download/793/679/1205 Acesso em: 14 out 2023.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 56, 2016. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/25714>. Acesso em 15 out. 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PROFESSORES

1. Qual sua área de formação?
2. Qual(is) componentes curriculares leciona atualmente?
3. Qual(is) suas percepções sobre a temática educação sexual?
4. Você aborda temáticas de educação sexual em suas aulas? Descreva como ocorre? () não () sim, de que forma?
5. Quais recursos, materiais didáticos e estratégias, utiliza-se para abordar tais temáticas em sala de aula?
6. O que você considera relevante na hora de trabalhar a educação sexual com seus alunos? Por quê?
7. Você participa ou já participou de formação continuada, cursos, seminários, programa ou palestras sobre educação sexual? justifique
8. Quais são os maiores problemas ou desafios que você enfrenta referente está temática dentro da escola?